

HT-137



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**A COMPANHIA DO BUZI EM TRANSIÇÃO:**  
uma abordagem sobre as transformações no recrutamento de mão de obra e na  
estrutura de produção agrícola da empresa, 1961-1991

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para  
obtenção do grau de Licenciatura em **História** da Universidade Eduardo Mondlane

José Cláudio Mandlate

Maputo, 2004

HT137


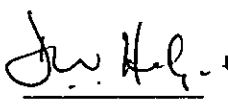
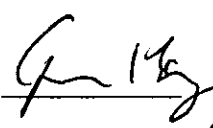
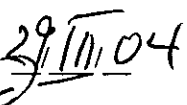
**A COMPANHIA DO BUZI EM TRANSIÇÃO:  
uma abordagem sobre as transformações no recrutamento de mão de obra e na  
estrutura de produção agrícola da empresa, 1961-1991**


Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a  
obtenção do grau de Licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane por  
**José Cláudio Mandlate**

**Departamento de História**  
Faculdade de Letras  
Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor: **Prof. Doutor David Hedges**  
Co-Supervisor: **Prof. Doutor Joel das Neves Tembe**

**Maputo, 2004**

O Júri			
O Presidente	O Supervisor	O Oponente	Data
			

F. LETRAS U. E. M.
R. E. 30084
DATA 1 Abril 104
ACQUISICAO 
COTA HT-137

## ÍNDICE

Declaração.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Lista de abreviaturas.....	v

<b>Capítulo I: INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1. Contextualização.....	1
2. Revisão da literatura.....	6
3. Argumento.....	9
4. Limitações do estudo.....	10

<b>Capítulo II: O RECRUTAMENTO DE MÃO DE OBRA E A ESTRUTURA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DA COMPANHIA DO BUZI, 1961-1974.....</b>	<b>11</b>
1. O contexto político e económico dos anos 50/60.....	12
2. O recrutamento de mão de obra agrícola.....	13
3. Enquadramento profissional e social da força de trabalho.....	17
3.1. O dia a dia no campo.....	17
3.2. Alojamento, alimentação e vestuário.....	19
3.3. Remunerações.....	20
4. Estrutura de produção, produtividade e produção agrícolas.....	22
4.1. O sistema canavieiro.....	22
4.2. A zona algodoeira.....	25
4.3. Condicionantes da produtividade e da produção.....	27
Conclusão.....	29

<b>Capítulo III: O RECRUTAMENTO DE MÃO DE OBRA E A ESTRUTURA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DA COMPANHIA DO BUZI, 1975-1991.....</b>	<b>30</b>
1. As transformações do período 1975-1982 e o seu impacto.....	30
2. Impacto do conflito armado sobre a Companhia do Buzi, 1982-1991.....	33
2.1. A militarização da força de trabalho.....	34
2.2. As 'jornadas de trabalho voluntário'.....	36
2.3. Mão de obra da 'Operação-Produção'.....	39
3. Condicionantes da produtividade e da produção.....	41
4. Novas formas de integração profissional e social da força de trabalho.....	43
4.1. O dia a dia no campo.....	43
4.2. Organização dos trabalhadores e relações de trabalho.....	46
4.3. Alojamento e alimentação.....	47
4.4. Remunerações.....	49
5. O encerramento da Companhia do Buzi e o seu impacto social.....	50
Conclusão.....	54

<b>FONTES.....</b>	<b>55</b>
--------------------	-----------

## ANEXOS

Anexo I: Cronologia

Anexo II: Requerimento da Companhia do Buzi pedindo a renovação de licença de recrutamento de mão de obra

Anexo III: Folha de contrato de um trabalhador agrícola de Nampula

Anexo IV: Relação dos acampamentos da Companhia do Buzi em 1955

Anexo V: Produção anual de cana sacarina da Companhia do Buzi, 1961-1974

Anexo VI: Relação dos canavieiros ao serviço da Companhia do Buzi

Anexo VII: Produção de algodão da 'concessão/zona algodoeira', 1961-1974

Anexo VIII: Produção anual de algodão, 1975-1991

Anexo IX: Área cortada e produção de cana sacarina, 1975-1991

Anexo X: Produção de hortofrutícolas

Anexo XI: Maquinaria agrícola da Companhia do Buzi, 1982-1986

Anexo XII: Mão de obra não agrícola e agrícola qualificada da Companhia do Buzi

#### MAPAS

Mapa I: O Território de Manica e Sofala e a concessão da Companhia do Buzi

Mapa II: A concessão da Companhia do Buzi

Mapa III: Áreas de recrutamento de mão de obra da Companhia do Buzi durante o período colonial

Mapa IV: Áreas de recrutamento de mão de obra da Companhia do Buzi depois da independência

**Declaração**

'Declaro por minha honra que este trabalho nunca foi apresentado para a obtenção de qualquer grau acadêmico e que resulta da minha investigação pessoal'

**Dedicatoria**

Dedico este Trabalho à minha irmã Carla Célia Mandlate

*ad memoriam*

## Agradecimentos

A elaboração deste trabalho foi possível graças ao apoio de muitas pessoas e entidades, às quais endereço os meus mais profundos agradecimentos.

Aos meus supervisores, os Professores Doutores David Hedges e Joel das Neves Tembe, pelo acompanhamento que sempre me prestaram;

À Faculdade de Letras e ao Arquivo Histórico de Moçambique, pelo apoio financeiro que me concederam;

Ao pessoal da Biblioteca do Arquivo Histórico, pela preciosa ajuda que me deram na identificação de fontes primárias;

À Comissão de Manutenção da Companhia do Buzi, nas pessoas dos senhores Jossefa e Sibabiri, pela ajuda que me concederam na identificação de ex-trabalhadores da empresa;

Ao Chefe do Posto Administrativo de Nova Sofala, pela preciosa ajuda que me concedeu durante a minha estadia no Posto;

Aos meus pais e irmãos, que sempre acreditaram em mim

Ao Professor Doutor Gerhard Liesegang, pelas observações e pelos conselhos que fez ao trabalho;

Aos doutores Paulo Lopes e Isaias Tinosse, pelas críticas e observações que fizeram ao trabalho;

Ao meu colega de curso, Arnaldo Caliche, pelas observações e críticas

Aos meus colegas de quarto, pelos sacrifícios que tiveram de consentir durante a realização do trabalho;

## Resumo

A exploração de grandes plantações exige grandes quantidades de mão de obra, qualificada e não qualificada.

Com a fundação, em Abril de 1898, da Companhia do Buzi, empresa portuguesa com interesses nas áreas da agro-indústria do açúcar e do algodão, pecuária, produção de cal e outras, milhares de camponeses africanos adultos e menores de idade do Centro, do Sul e do Norte de Moçambique, foram recrutados à força pelo Estado Colonial e obrigados a trabalhar periodicamente na empresa, a troco do pagamento, por esta, dum valor por cada trabalhador recrutado.

Por causa do custo de manutenção destes trabalhadores, a Companhia do Buzi começou, a partir de 1927, a transferir as suas terras e a responsabilidade da produção de cana sacarina a agricultores portugueses por ela subvencionados.

A partir de 1941, a empresa começou a comprar algodão a camponeses africanos do Buzi, que o cultivavam à força, obrigados pelo Estado Colonial.

A evolução da situação política interna e externa, isto é o acentuar das vozes críticas ao colonialismo, forçou o Estado Colonial português a fazer recuos na sua política. Desses recuos merecem destaque o banimento do trabalho forçado e das culturas forçadas em 1961 e a colocação de restrições ao emprego de menores em 1962. Colocada perante a nova situação, a Companhia do Buzi quase se desfez da sua responsabilidade da produção de cana sacarina, principalmente, ao triplicar o número de agricultores com quem cooperava em 1966.

As reformas decretadas pelo Estado Colonial não refreram a luta anti-colonial interna, que culminou com o derrube do Estado Colonial em 1975..

Depois da queda do Estado Colonial, a orgânica do recrutamento de mão de obra da Companhia do Buzi conheceu um processo de mudança na continuidade. Terminou o recrutamento de trabalhadores de Nampoula e de Tete, que foram substituídos por outros, recrutados nos distritos vizinhos do Buzi. Terminou o emprego de menores e iniciou o emprego de mulheres.

Assistiu-se também ao início da saída precipitada dos canavieiros e ao fim da produção de algodão por terceiros.

A 20 de Novembro de 1978, o Estado intervencionou a Companhia, cuja administração foi acusada de estar a fazer 'sabotagem económica'. No mesmo ano, a Companhia começou a produzir hortofrutícolas diversas.

A partir de 1980, o distrito do Buzi e a Companhia começaram a ser atingidos pelo conflito armado, cujo impacto se agravou a partir de 1982. Na resposta, a Companhia militarizou a sua força de trabalho, intensificou as 'jornadas de trabalho voluntário' e admitiu, com a ajuda do Estado, trabalhadores forçados, angariados através da 'Operação-Produção'.

Estas soluções, que visavam, por um lado, manter o fluxo de mão de obra e, por outro, evitar a redução da extensão de terra explorada pela Companhia não suturam efeito, visto que a empresa foi forçada a operar numa cada vez mais estreita franja de território.

Em consequência, a Companhia começou a ser ineficiente e o Estado encerrou a fábrica de açúcar em 1991. Entretanto, desde 1990 que a empresa vinha tentando relançar a produção agrícola, através dum tímido regresso à antiga estrutura de produção agrícola colonial.



### **Lista de abreviaturas**

AHM – Arquivo Histórico de Moçambique

AM – Açucareira de Moçambique

BO – Boletim Oficial

BR – Boletim da República

CAIL – Complexo Agro-Industrial do Limpopo

CCO- Comando Central Operativo

CPO – Comando Provincial Operativo

FACB – Fundo da Administração do Concelho do Buzi

FGDB – Fundo do Governo do Distrito da Beira

FGDB-Anexo – Fundo do Governo do Distrito da Beira-Anexo

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

FSCI – Fundo dos Serviços do Comércio e de Indústria

INA – Instituto Nacional do Açúcar

MARAGRA – Marracuene Agrícola Açucareira

MPLA – Movimento Popular para a Libertação de Angola

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

OTM – Organização dos Trabalhadores Moçambicanos

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

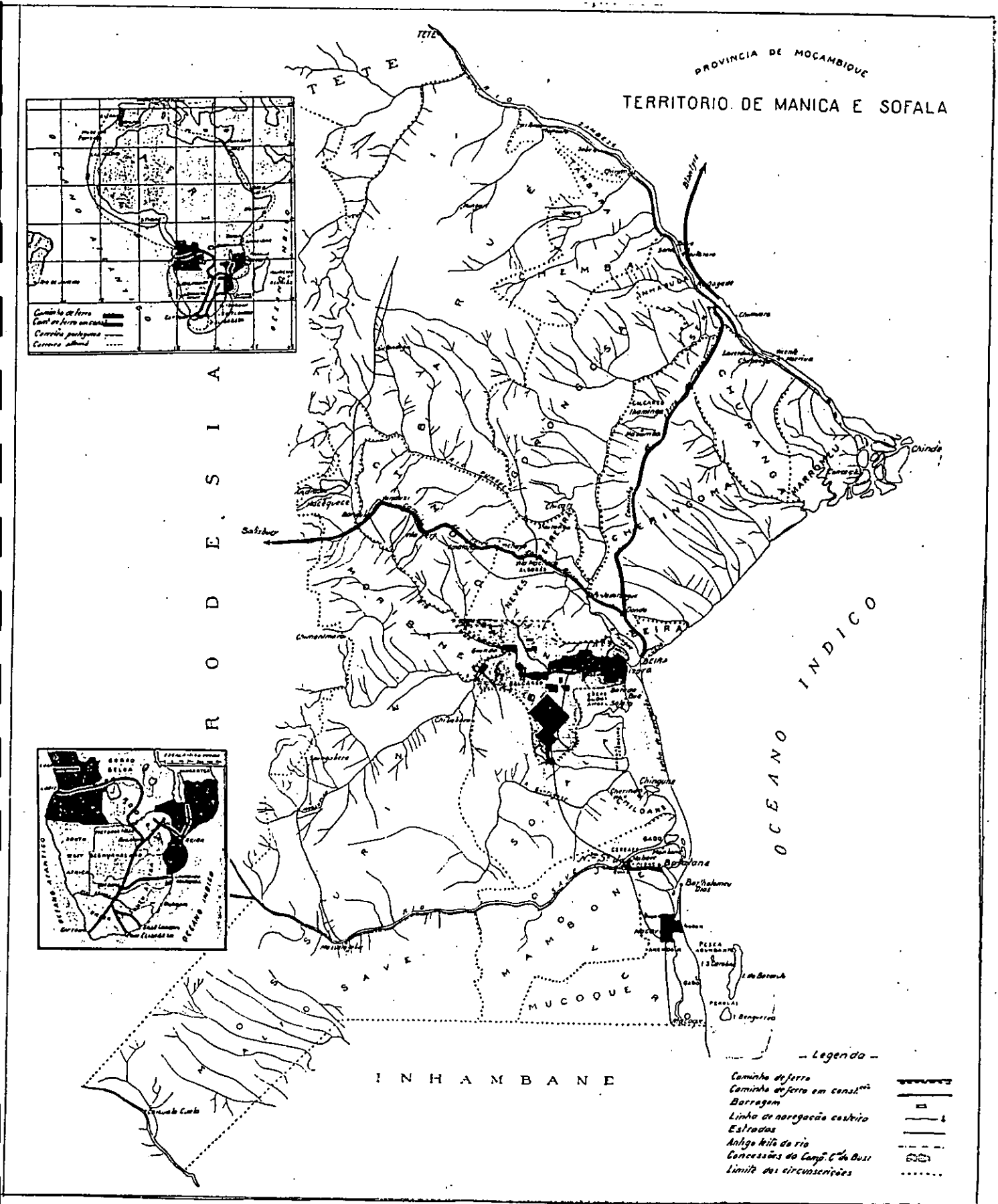
SE – Secção Especial

s. p. – sem paginação

SSEE – Sena Sugar Estates

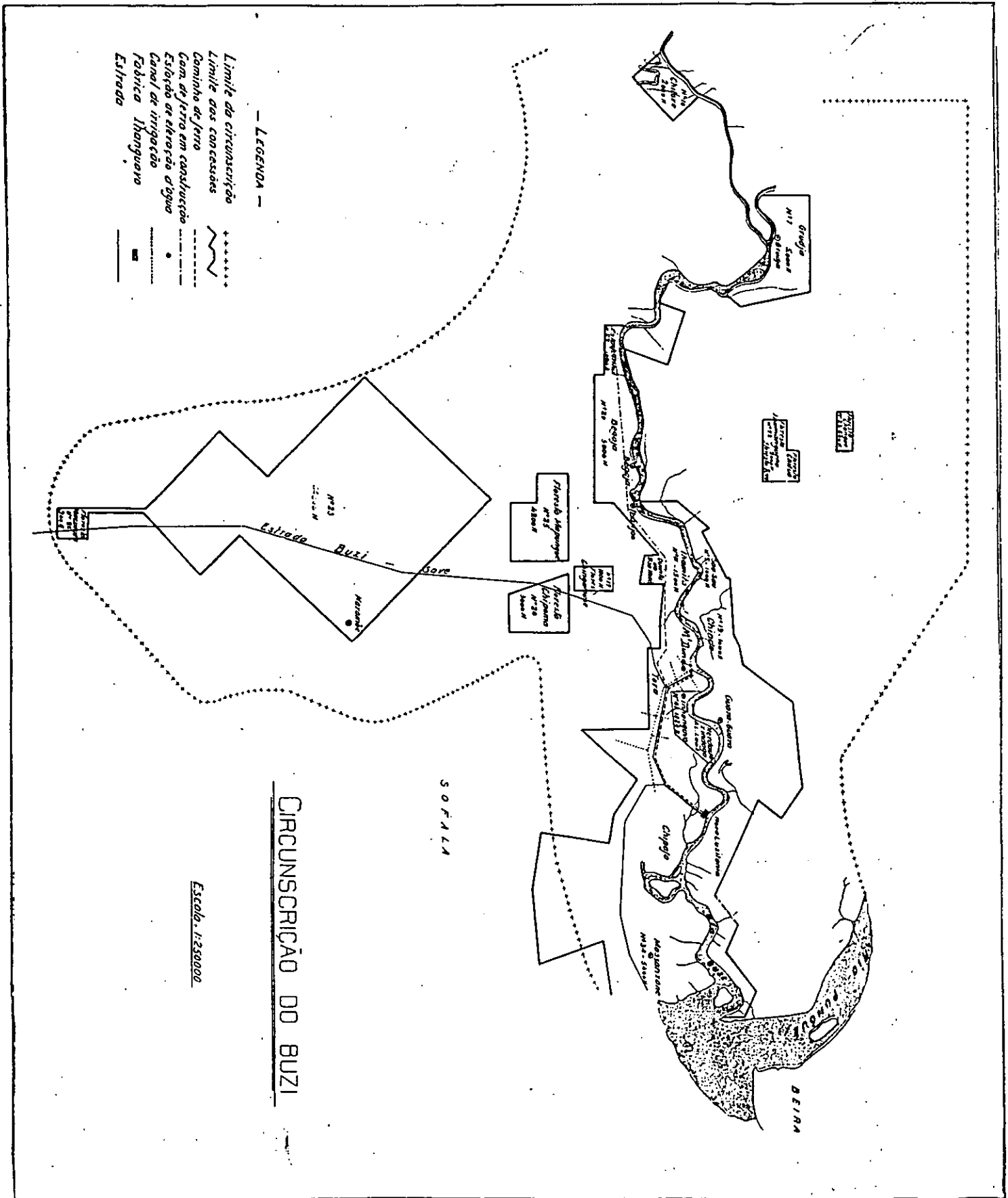
UNICOOP – União Cooperativa Agrícola e Industrial do Vale do Zambeze

Mapa I: O Território de Manica e Sofala e a concessão da Companhia do Buzi



Fonte: ARRIGGA (1928)

MAPA II: A concessão da Companhia do Buzi

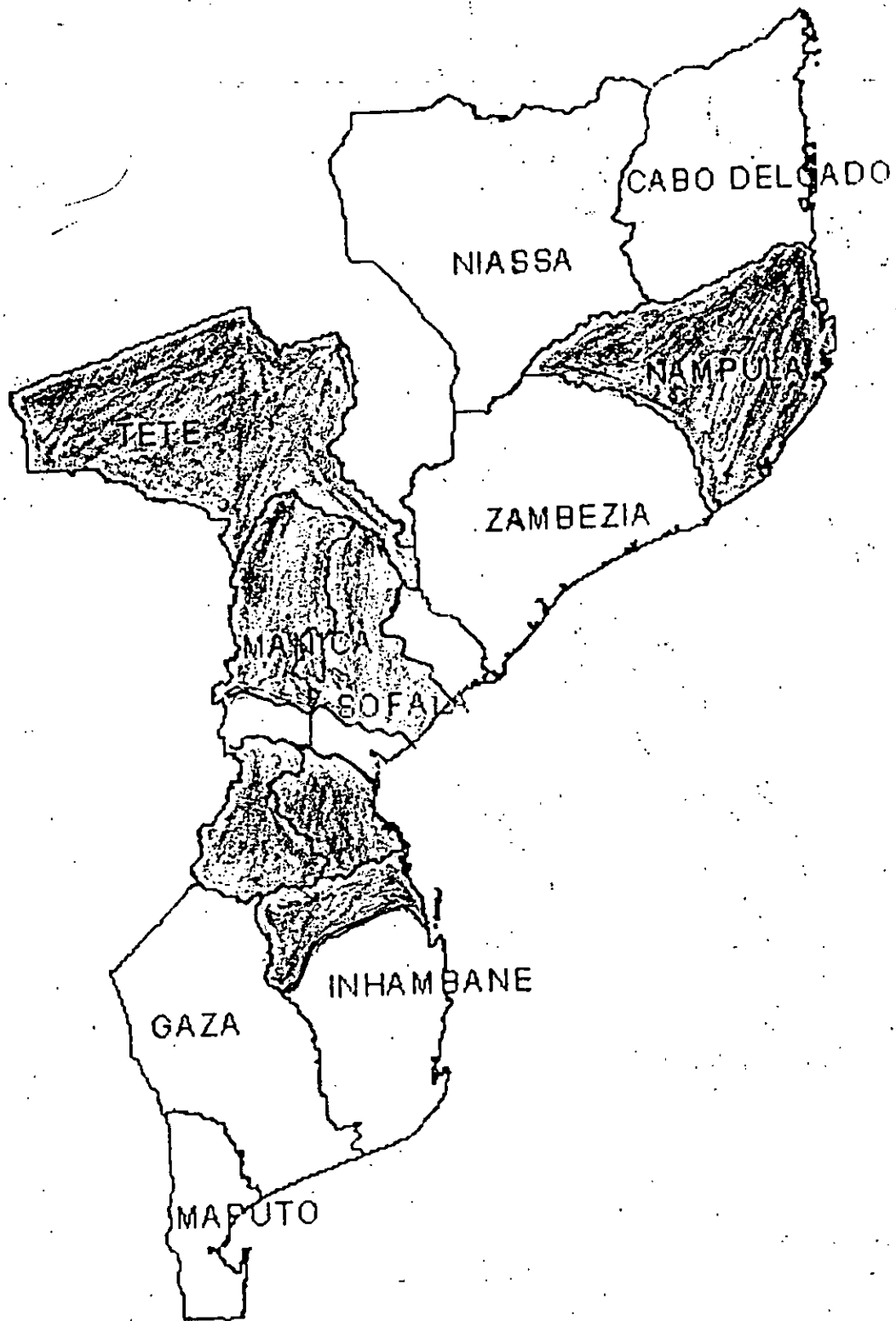


CIRCUNSCRIÇÃO DO BUZI

Escala: 1:250000

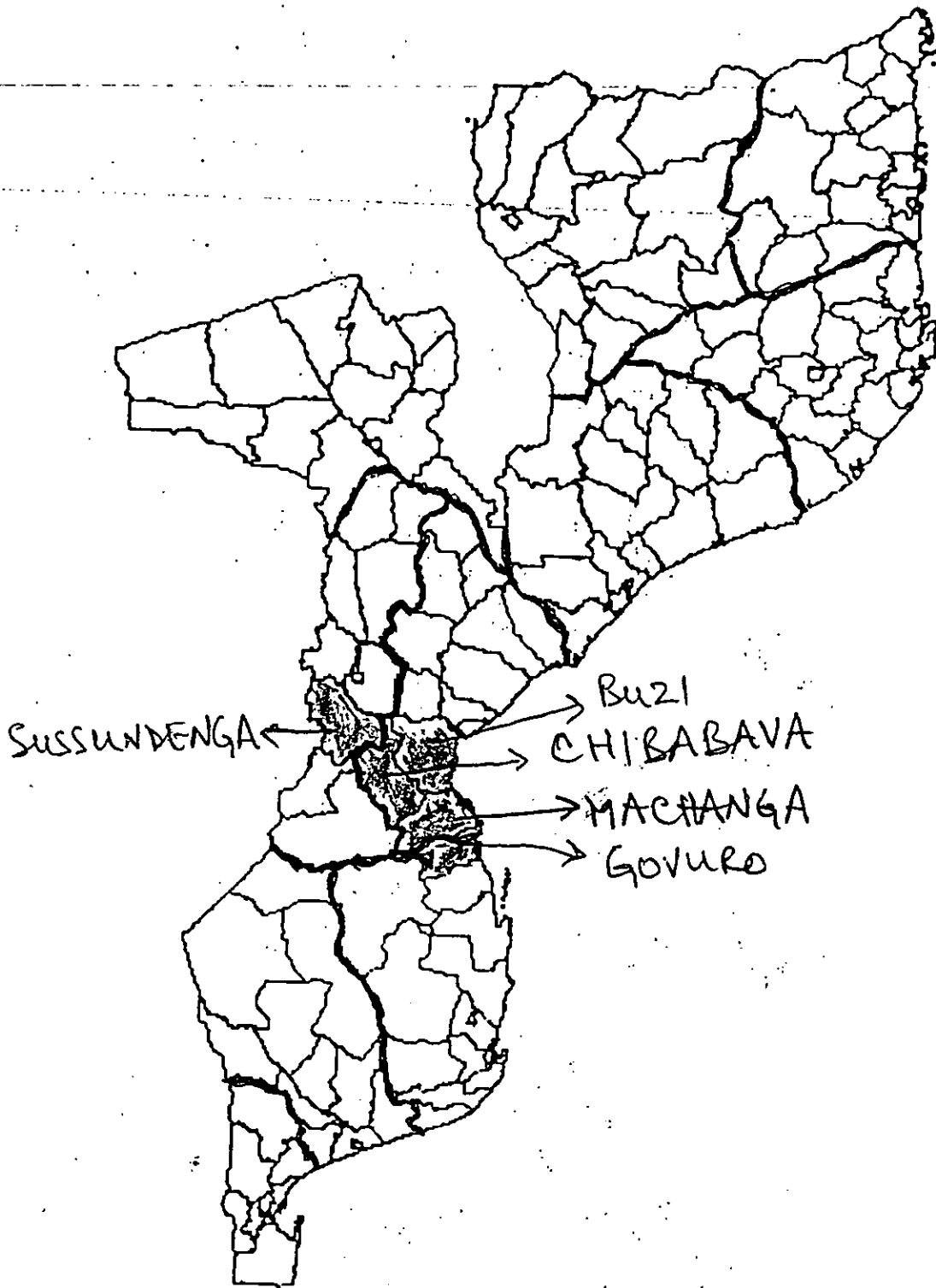
Fonte: ARRIAGA (1928)

Mapa III: Áreas de recrutamento de mão de obra da Companhia durante o período colonial



Adaptado de FGD, Cx 225

Mapa IV: Áreas de recrutamento de mão de obra da Companhia do Buzi depois da independência



Adaptado de 'DIÁRIO DE MOÇAMBIQUE',  
21/10/82

## Capítulo I: INTRODUÇÃO

### 1. Contextualização

A exploração de plantações de monoculturas movimenta, por causa da especificidade das culturas, grandes quantidades de mão de obra qualificada e não qualificada, cuja angariação esteve sempre no centro das atenções das próprias plantadoras e das políticas laborais e até socioeconómicas dos Estados colonial e pós-colonial em Moçambique.

Com a fundação, em Abril de 1898, da Companhia do Buzi (originalmente Companhia Colonial do Buzi), empresa localizada no vale do rio Buzi, centro-sudeste da província de Sofala, e com interesses na agro-indústria do açúcar e do algodão, na pecuária, nos transportes e noutras áreas, milhares de camponeses africanos adultos e menores de idade do Centro, do Norte e do Sul de Moçambique foram recrutados à força pelo Estado Colonial e obrigados a trabalhar periodicamente na empresa, a troco do pagamento, por esta, duma importância por cada trabalhador recrutado<sup>1</sup>.

Por causa dos elevados custos de aquisição e de manutenção da mão de obra e da necessidade de promover a colonização europeia no Buzi, a Companhia começou, a partir de 1927, a ceder parte dos seus terrenos a agricultores portugueses que tinham como principal missão produzir cana sacarina e vendê-la para si<sup>2</sup>. No princípio, a Companhia subvencionava a actividade destes agricultores, pagando-lhes os salários dos trabalhadores, prestando-lhes assistência técnica, fornecendo-lhes maquinaria agrícola,

---

<sup>1</sup> INA; 1989: 5, 20

<sup>2</sup> Mandava & Muzimpua; 1987: 7

insecticidas, herbicidas e semente, mas a partir dos anos 40 passaram a ser responsáveis directos pela angariação e pelo pagamento de salários da sua força de trabalho<sup>3</sup>.

Aproveitando o contexto dos finais dos anos 30 e princípios dos 40, caracterizado pela imposição, pelo Estado Colonial, de culturas obrigatórias (algodão e arroz) aos camponeses africanos, com vista a abastecer o mercado mundial, afectado pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945)<sup>4</sup>, a Companhia do Buzi, cujas plantações de algodão estavam a passar por 'dificuldades várias'<sup>5</sup>, requereu (e conseguiu) a transformação do distrito do Buzi em 'concessão algodoeira' e, a partir de 1941, obrigou os camponeses locais a produzirem algodão e a venderem-no para si<sup>6</sup>.

Os fracos rendimentos provenientes do trabalho forçado e do cultivo obrigatório de algodão<sup>7</sup> transformaram a Companhia do Buzi em alvo de constantes resistências dos camponeses, que desertavam do trabalho<sup>8</sup> ou sabotavam a produção de algodão<sup>9</sup>.

Depois da guerra mundial, principalmente, o Estado Colonial português começou a ver-se a braços com uma crescente onda interna e externa de críticas e denúncias às suas políticas e com o surgimento de movimentos nacionalistas, principalmente nas suas colónias africanas. Para abafá-la, o Estado Colonial introduziu várias reformas, dentre as quais se destacou o banimento do trabalho forçado e das culturas obrigatórias em 1961.

---

<sup>3</sup> Florêncio; 1994: 93

<sup>4</sup> Chilundo *et al*; 1999: 84, 91

<sup>5</sup> Graça; 1942: 46. AHM-SE. Companhia Colonial do Buzi. Relatório e contas da gerência de 1936, p. 4. Uma delas era a escassez de mão de obra africana

<sup>6</sup> Graça; 1942: 39; Florêncio; 1994: 95. As machambas das mulheres mediam 0.5 ha e as dos homens 1. A 'concessão' era chefiada por um funcionário europeu, assistido por dois fiscais também europeus e por um africano 'assimilado', auxiliados por setenta capatazes africanos 'indígenas'

<sup>7</sup> INA, 1989: 20; Rita-Ferreira, 1971: 111; Florêncio; 1994: 95. Até à entrada da década de 1950 a Companhia pagava salários inferiores a 100 escudos e nos anos 40 pagava apenas 50 centavos por quilo de algodão

<sup>8</sup> Vide, por exemplo, AHM-FACB. Cx 122. Processo B/9, 1947. 'Relação nominal dos serviços da Companhia Colonial do Buzi contratados na circunscrição de Sena evadidos durante o ano de 1943', 21/01/46; O'Laughlin; 2002: 524. O total de desertores foi 75

Com o banimento do trabalho forçado e das culturas obrigatórias criaram-se condições para a retirada do campesinato do trabalho assalariado e da produção de culturas de rendimento. Perante este quadro, as plantações tiveram de escolher entre a mecanização do processo produtivo, com vista a reduzir a dependência em relação à mão de obra e a melhoria das condições de trabalho, com vista à atracção de trabalhadores, e as concessionárias algodoeiras entre a desistência, a oferta de maiores incentivos ou a produção, por conta própria do algodão. Usando esses elementos como pressupostos, pretendemos avaliar as dinâmicas e o alcance da reestruturação levada a cabo pela Companhia do Buzi, bem como o novo papel do Estado Colonial.

As reformas adoptadas pelo Estado Colonial não conseguiram, contudo, travar a escalada da contestação anti-colonial interna. Em 1964, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), um movimento nacionalista, iniciou uma guerra que culminou com a independência de Moçambique em Junho de 1975.

A independência, seguida pela proclamação de ideais de liberdade, que tinham na *'luta contra a exploração do homem pelo homem'*<sup>10</sup>, o objectivo central, criou um novo cenário que forçou a Companhia a fazer uma nova revisão nos seus processos de angariação e enquadramento da força de trabalho e a reestruturar o sistema de produção agrícola, agora também confrontado com a saída dos colonos europeus com quem operava e com o desengajamento do regime da FRELIMO no fomento de culturas de rendimento.

Para além das mudanças causadas pela instauração do novo regime, a Companhia foi forçada a reestruturar os processos de enquadramento da sua força de

---

<sup>9</sup> Florêncio; 1994: 95; Chilundo *et al*; 1999: 211, 214: Por exemplo, torrando a semente antes da sementeira



trabalho, com vista a minimizar o impacto do conflito armado, que começou a atingi-la a si e à generalidade do distrito do Buzi a partir de 1980<sup>11</sup>.

Como indicámos, as áreas de interesse da Companhia do Buzi não se circunscreviam à agricultura. Mesmo assim, o presente estudo incidirá sobre esta área. A escolha teve como motivações (i) o elevado número, a diversidade e a mobilidade da sua força de trabalho e (ii) a sua estrutura peculiar, caracterizada pela coexistência entre plantações exploradas directamente pela empresa e por terceiros. É também nestes aspectos onde reside a pertinência académica e científica do estudo, pois os mesmos podem ajudar-nos a analisar a economia e a sociedade moçambicanas colonial e avaliar as dinâmicas da sua reestruturação depois da queda do Estado Colonial.

O trabalho tem como balizas cronológicas os anos de 1961 e 1991. 1961 foi o ano do banimento do trabalho forçado e das culturas obrigatórias, medida que forçou empresas como a Companhia do Buzi, que tinha no recrutamento forçado de africanos a principal modalidade de angariação de mão de obra e no cultivo forçado de algodão, também por africanos, a principal fonte de matéria-prima para a sua fábrica de processamento daquele produto, a reestruturarem-se. 1991 foi o ano em que, por causa da sua falência técnica, a fábrica de açúcar da Companhia foi encerrada e a empresa pôs fim à produção de cana e às operações de recrutamento de mão de obra.

Com o trabalho pretendemos

- *compreender as dinâmicas da mudanças ocorridas nos processos de recrutamento e enquadramento da força de trabalho agrícola da Companhia do Buzi depois das leis de Maio de 1961;*

---

<sup>10</sup> Constituição da República Popular de Moçambique, Artigo 2

<sup>11</sup> Florêncio; 1994: 171

- *analisar as dinâmicas e o impacto das transformações ocorridas na estrutura de produção agrícola da Companhia; e*
- *mostrar o impacto do conflito armado sobre a mão de obra e a produção agrícola da Companhia.*

A elaboração da problemática em estudo teve como pergunta de partida

- *'Que mudanças ocorreram nos processos de angariação de mão de obra agrícola e na estrutura de produção agrícola da Companhia do Buzi depois do banimento do trabalho forçado e das culturas obrigatórias?'*

e como hipóteses

- *a Companhia do Buzi foi assolada por crises de mão de obra que tentou minimizar melhorando as condições de trabalho, por um lado, e mecanizando o processo produtivo agrícola, por outro;*
- *os camponeses do Buzi abandonaram a produção de algodão, provocando assim uma mudança na estrutura de produção agrícola da Companhia.*

A metodologia usada para a elaboração do trabalho consistiu (i) na selecção e consulta de material bibliográfico de natureza diversa (relatórios, processos, artigos de jornais e de revistas e monografias) existente em bibliotecas, arquivos e acervos documentais de várias instituições e empresas, nomeadamente, o Centro de Estudos Africanos (CEA), a Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane, o Núcleo de Estudos de Terra e Desenvolvimento (NET), o Instituto Nacional do Açúcar (INA), o Instituto do Algodão de Moçambique (IAM) e a Companhia do Buzi, e (ii) em entrevistas a antigos trabalhadores da Companhia residentes no distrito do Buzi, e a sindicalistas.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, apresentamos o assunto em estudo, referimo-nos à metodologia usada e fazemos uma breve caracterização da Companhia desde a sua fundação, em 1898; no segundo, analisamos as dinâmicas da reestruturação dos processos de recrutamento e enquadramento da mão de obra agrícola africana e do sistema de produção agrícola da Companhia desde o banimento do trabalho forçado e das culturas obrigatórias em 1961 até 1974, ano da entrada em funções do Governo de Transição encarregue de preparar a independência de Moçambique. Durante este período assistiu-se à continuação da pressão administrativa sobre a força de trabalho, ao declínio da produção camponesa de algodão a favor da de agricultores apoiados pelo Estado Colonial e à transferência, pela Companhia, de grande parte da responsabilidade da produção de cana para agricultores europeus; no terceiro e último, analisamos as mudanças dos processos de angariação e enquadramento da força de trabalho agrícola e da estrutura de produção agrícola da Companhia desde a independência de Moçambique, em 1975, até ao encerramento da fábrica de açúcar em 1991. Durante este período a Companhia ensaiou uma reestruturação, cujas principais linhas foram o fim do sistema de contratos periódicos e do recrutamento de trabalhadores de Nampula e de Tete, o fim das distinções entre trabalhadores agrícolas e industriais, a militarização da força de trabalho para fazer frente à escalada do conflito armado, o fim e as tentativas de recriação da estrutura de produção agrícola colonial.

## **2. Revisão da literatura**

O trabalho migratório, a mão de obra infanto-juvenil, a evolução da estrutura agrária e as dinâmicas e o impacto do conflito armado, são temas que têm sido estudados por vários autores, os quais têm apresentado diversas abordagens sobre os mesmos.

A obra de *Covane*<sup>12</sup>, que analisa as origens da migração de moçambicanos do Sul do Save para as plantações de café e de açúcar da África do Sul a partir dos meados do século XIX e a de *Penvenne*<sup>13</sup>, que estuda a migração de africanos das áreas rurais das províncias do Sul do Save para a cidade de Maputo entre 1945 e 1962, vêem o trabalho migratório como o resultado da actuação conjunta de factores socioeconómicos, culturais, políticos e ambientais. Destes factores, os mais importantes eram os de natureza socioeconómica, na medida em que os salários pagos nas zonas de *imigração* eram mais altos. A abordagem destes autores pode ser aplicada para analisar as dinâmicas de recrutamento de mão de obra da Companhia do Buzi, empresa que empregava trabalhadores oriundos do Norte do Zambeze, onde os salários eram inferiores aos pagos no Buzi.

Na sua tese de doutoramento, *Neves*<sup>14</sup> defende que o uso de mão de obra infanto-juvenil nas plantações de milho e de tabaco de Manica entre 1930 e meados da década de 1960 tinha como principal objectivo minimizar a escassez generalizada de trabalhadores adultos, causada pela migração destes para as colónias inglesas vizinhas e pela isenção do trabalho forçado de que os negros 'assimilados' e os camponeses africanos prósperos gozavam. Se nas plantações de milho e de tabaco de Manica o uso de mão de obra infanto-juvenil visava aliviar a escassez de trabalhadores adultos, nas de cana da Sena Sugar Estates era, também entre 1930 e 1960, uma estratégia salarial, destinada a poupar recursos financeiros a esta açucareira, visto que os menores auferiam salários mais baixos que os dos adultos e trabalhavam mais<sup>15</sup>.

---

<sup>12</sup> Covane; 1992: 86-87

<sup>13</sup> Penvenne; 1993: 175-176

<sup>14</sup> Neves; 1998: 207

<sup>15</sup> Head; 1980:64

Num estudo sobre a mão de obra africana das plantações de chá e de cana sacarina da Zambézia, *Head*<sup>16</sup> avalia o alcance das leis de Maio de 1961. De acordo com a autora, a abolição do trabalho forçado provocou um crescente desinteresse dos camponeses africanos pelo trabalho agrícola assalariado que as companhias tentaram enfrentar oferecendo mais incentivos para atrair trabalhadores.

Num artigo, em que analisa as transformações da estrutura agrária de Moçambique pós-colonial, *O'Laughlin*<sup>17</sup> atribui a retirada do campesinato da produção de culturas de rendimento como algodão ao declínio dos circuitos de comercialização, causada pela fuga dos colonos europeus, associado ao não comprometimento da FRELIMO no seu fomento. Ensaio teórico, o artigo de *O'Laughlin* é importante para a compreensão das dinâmicas e do impacto das transformações da estrutura de produção agrícola da Companhia do Buzi, agro-indústria que nos últimos anos do período colonial dependia praticamente de matérias-primas agrícolas compradas a terceiros.

Num outro artigo, *O'Laughlin*<sup>18</sup> analisa os problemas do sector agrícola estatal de Moçambique independente. Numa visão partilhada por *Egero*<sup>19</sup>, *O'Laughlin* defende que a baixa produtividade, principal dificuldade das empresas agrícolas estatais, devia-se ao desconhecimento de técnicas de gestão agrícola moderna e do uso dos equipamentos disponíveis, causado pela falta de técnicos qualificados. A visão de *O'Laughlin* e de *Egero* pode, se se considerar que os técnicos europeus da Companhia abandonaram Moçambique depois da independência, ajudar a compreender as dificuldades do sector agrícola da empresa.

---

<sup>16</sup> Head; 1981: 8

<sup>17</sup> O'Laughlin; 1981: 18

<sup>18</sup> O'Laughlin; 1996: 25

<sup>19</sup> Egero; 1992: 96



Na sua tese de mestrado, *Florêncio*<sup>20</sup> avalia as dinâmicas do conflito armado no distrito do Buzi à luz da organização político administrativa da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). De acordo com essa organização, Moçambique estava dividido em três tipos de áreas, nomeadamente 'áreas de taxaço' (em que se limitava a cobrar impostos), 'áreas de controlo' (geralmente sitas em redor duma base e onde exercia um controle efectivo) e 'áreas de destruição' (geralmente sitas na fronteira entre 'áreas de controlo' e as zonas controladas pelo Governo e sujeitas a ataques, cujos alvos eram as infra-estruturas económicas e políticas do Governo). É assim que, de acordo com o autor, grande parte do distrito do Buzi pode, por causa das infra-estruturas da Companhia, ser considerada como pertencendo à terceira categoria de áreas. As dinâmicas do conflito armado foram também analisadas por *Hanlon*<sup>21</sup>, que alude à existência de *exércitos privados*, pertencentes a empresas transportadoras, a homens de negócios e a companhias agrícolas estrangeiras como a Lonrho, que os protegiam dos ataques da RENAMO. As anotações destes autores podem ajudar-nos a contextualizar os ataques Companhia do Buzi e a resposta armada dada pela empresa.

### 3. Argumento

A abolição do trabalho forçado e das culturas obrigatórias em 1961 e a independência de Moçambique em 1975, não mudaram os processos de angariação de mão de obra da Companhia, já que esta continuou a recrutar com a ajuda das autoridades, que continuaram a pressionar a força de trabalho.

---

<sup>20</sup> Florêncio; 1994: 172

<sup>21</sup> Hanlon; 1991: 75

Já o mesmo não se pode dizer em relação à produção de algodão, em que o Estado Colonial abandonou a coerção a favor do incentivo dos produtores e o Estado pós-colonial não se intrometeu no fomento desta cultura, provocando assim uma mudança na estrutura de produção agrícola da Companhia.

#### 4. Limitações do estudo

O trabalho apresenta limitações de natureza estatística (por exemplo, não temos o número de produtores de algodão nem a quantidade de cana que cada canavieiro produziu) e escassez generalizada de fontes escritas sobre o período 1970/1975, causadas em parte pela recusa da Comissão de Manutenção da Companhia em abrir o arquivo da empresa, por conter documentos alegadamente confidenciais.

Outras dificuldades encontradas durante o trabalho de campo foram.

- (i) a escassez de informantes (mormente de trabalhadores qualificados), causada pela paralisação da Companhia e pelo conflito armado;
- (ii) a incompreensão dos objectivos das entrevistas, traduzida pelo facto dos ex-trabalhadores terem visto no entrevistador um emissário do Governo ou da Companhia interessado nos seus depoimentos para futuro pagamento de alegadas indemnizações que a empresa lhes deve, o que levou alguns a seleccionarem as informações a dar, e pela recusa dos moradores da Vila do Buzi e arredores em falar da sua participação nas 'jornadas de trabalho voluntário' na empresa.

## Capítulo II: O RECRUTAMENTO DE MÃO-DE-OBRA E A ESTRUTURA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DA COMPANHIA DO BUZI, 1961-1974

### 1. O contexto político e socioeconómico dos anos 50/60

Depois da Segunda Guerra Mundial, principalmente, o Estado Colonial português começou a ver-se a braços com crescentes contestações, denúncias e críticas à sua política, feitas tanto no interior como do exterior das suas fronteiras.

Internamente, o Estado Colonial estava a ser confrontado com denúncias do trabalho infantil, do trabalho forçado e das culturas obrigatórias, feitas por figuras públicas como D. Sebastião Soares de Resende, arcebispo da Beira (1943-1967)<sup>22</sup>, com críticas de alguns sectores da indústria têxtil contra a produção obrigatória de algodão, que consideravam como a principal causa da baixa produtividade<sup>23</sup> e com o surgimento de movimentos nacionalistas<sup>24</sup>, que nos princípios dos anos 60 desencadearam guerras de independência<sup>25</sup>.

Externamente, as pressões sobre o Estado Colonial vinham dos novos Estados africanos e asiáticos saídos da desagregação dos impérios coloniais francês e britânico, que exigiam a independência aos territórios ainda sob dominação estrangeira<sup>26</sup>, do

<sup>22</sup> 'Transition and reform, 1957-1966/7: contradictory perspectives for colonial defence and development'. [s.l.], [s.d.], p. 1. Mas informações sobre as denúncias do arcebispo Soares de Resende à política colonial portuguesa podem ser vistas em Tajú; 1989: 149 *et seq*

<sup>23</sup> Hedges; 2003: 6

<sup>24</sup> Wuyts; 1981: 21. Mais informações sobre estes movimentos, todos eles africanos, podem ser vistas em Cann; 1997:45-53. Os mais importantes foram, em Angola, o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), na Guiné Bissau o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), ambos fundados em 1956 e em Moçambique, a FRELIMO, fundada em 1962

<sup>25</sup> Em Angola o MPLA iniciou a guerra em Fevereiro de 1961, na Guiné o PAIGC em Janeiro de 1963 e em Moçambique a FRELIMO em Setembro de 1964. Mais pormenores sobre estas guerras podem ser vistas em Cann; 1997: 45 *et seq*; Hanlon; 1984: 27 *et seq*; Isaacman & Isaacman; 1983: 84 *et seq*

<sup>26</sup> Cann; 1997: 59. Sobre a política anti-colonial dos novos Estados asiáticos e africanos vide também '28 Estados africanos e asiáticos pedem às Nações Unidas a aprovação dum projecto sobre a independência dos países e povos coloniais'. In: Diário de Moçambique, 30/11/60, pp. 1, 10 e 'O Senegal preconiza o



impacto da revolta Mau-Mau (1952-1960), contra a presença britânica no Kenya e da guerra de independência da Argélia (1954-1962)<sup>27</sup>, da Organização Internacional do Trabalho, que exigia a abolição do trabalho forçado como condição para aceitá-lo como membro<sup>28</sup>, da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que, por exemplo, aprovou a resolução n.º 1 514 de 15 de Dezembro de 1960, que condenava o colonialismo, considerando-o como uma violação dos direitos humanos e da sua Carta, exigia a independência dos territórios e dos povos coloniais e ratificava uma resolução aprovada pela Comissão de Tutela, que o obrigava a enviar relatórios sobre as suas colónias<sup>29</sup>.

Em resposta às críticas e pressões, Portugal fez vários recuos na sua política colonial. Desses recuos destacaram-se o banimento do trabalho forçado e das culturas obrigatórias em Maio de 1961<sup>30</sup>, a abolição do estatuto do indigenato em Setembro do mesmo ano<sup>31</sup>, a imposição de restrições ao recrutamento e emprego de menores de idade<sup>32</sup> e o apelo às empresas agrícolas no sentido de melhorarem as condições de trabalho<sup>33</sup>, através do Código do Trabalho Rural, novo regulamento do uso de mão de obra africana na agricultura<sup>34</sup>, aprovado em Abril de 1962.

---

lançamento pelas Nações Unidas numa cruzada contra o colonialismo'. In: Diário de Moçambique, 4/12/60, pp. 1, 12

<sup>27</sup>Wuyts; 1981: 21. Mais informações sobre a revolta Mau-Mau e a guerra de independência da Argélia podem ser vistas em Willmott; 1982: 108 *et seq* e em Pimlott; 1982: 121 *et seq* respectivamente

<sup>28</sup>Capela; 1977: 260; Cann; 1997: 59-60; Wuyts; 1981: 21

<sup>29</sup>'Assembleia Geral da ONU ratifica a resolução da Comissão de Tutela pedindo a Portugal e a Espanha informações sobre as suas províncias ultramarinas'. In: Diário de Moçambique, 17/12/60, pp. 1, 9; 'O pedido da inscrição de um debate sobre a situação em Angola vai ser hoje examinado pela Assembleia Geral da ONU'. In: Diário de Moçambique, 22/03/61, pp. 1, 14; Cann; 1997: 59

<sup>30</sup>BO, n.º 21, 1ª Série, 1961. Decretos 43 637 e 43 639 de 2 de Maio

<sup>31</sup>BO, n.º 36, 1ª Série, 1961. Decreto n.º 43 893 de 6 de Setembro

<sup>32</sup>O artigo 126 do Código do Trabalho Rural, por exemplo, proibia o emprego de menores por períodos iguais ou superiores a 6 meses

<sup>33</sup>Código do Trabalho Rural, artigo 151

<sup>34</sup>Código do Trabalho Rural, artigo 3

Estas reformas, associadas ao contexto dos anos 60, caracterizado pelo crescimento económico dos grandes centros urbanos (Maputo, Beira e Nampula)<sup>35</sup> e à política salarial, que fixava salários mais altos nas zonas urbanas em relação às rurais<sup>36</sup>, atraíram milhares de africanos para as cidades<sup>37</sup> o que provocou uma crise de mão de obra e escassez de produtores de culturas de rendimento no campo<sup>38</sup>.

## 2. O recrutamento de mão de obra agrícola

Nos anos 60 e 70, a mão de obra africana não especializada usada nos cerca de 1800 hectares de canavial e nas plantações de milho, de bananeiras e no palmar explorados directamente pela Companhia<sup>39</sup> era recrutada no próprio distrito do Buzi, noutras zonas da província de Sofala, em Nampula, em Tete, em Manica e no norte de Inhambane<sup>40</sup>.

O recrutamento era feito por agentes da Companhia espalhados pelos distritos e cuja actividade era antecedida por requerimentos dirigidos aos governos provinciais ou ao Governo-Geral<sup>41</sup> (Vide o Anexo II).

Estes agentes recrutavam basicamente com a ajuda dos régulos, aos quais ofereciam roupa, farinha e vinho, após o que estes mobilizavam as pessoas com

<sup>35</sup> Schaedel; 1984: 12

<sup>36</sup> Vide, por exemplo, Rita-Ferreira, 1971; 114

<sup>37</sup> Schaedel; 1984: 12. Na cidade da Beira, por exemplo, o número de africanos subiu de 34000 em 1960 para 91000 em 1970.

<sup>38</sup> Head; 1981: 8

<sup>39</sup> AHM-SE. Companhia do Buzi, SARL. Gerência de 1970, [s.p.]; Mandava & Muzimpua, 1987, Anexo CB-1. 1800 ha a partir de 1966

<sup>40</sup> AHM. FGDB-Anexo, Cx 26. Ofício da Administração da Circunscrição do Buzi ao Secretário do Distrito de Manica e Sofala, 26/01/62; AHM. FGDB, Cx. 225. Processo A/30, 1960-1961. 'Cópia do Diário de serviço da Administração do Buzi referente ao mês de Junho de 1964', Dia 11.

<sup>41</sup> Conforme se pode ver em AHM-FGDB, Cx 657, Processo B/10/3, 1960-1963 e em AHM-FACB, Cx 114, Processo B/2/9, 1969-1974. Os requerimentos constantes do AHM-FGDB, Cx 657 são dirigidos ao Governo de Manica e Sofala

dificuldades de pagar o imposto a empregarem-se na empresa<sup>42</sup>. Neste aspecto, os agentes da Companhia distinguiram-se dos da Marracuene Agrícola Açucareira (MARAGRA) e da Açucareira de Xinavane, (açucareiras sitas no vale do Incomáti, província de Maputo), que procuravam aliciar trabalhadores prometendo-lhes bons salários, bom vestuário, alimentação, bebidas alcoólicas e exibindo filmes<sup>43</sup> e dos das plantações de chá da Zambézia, que ofereciam roupa, cobertores, um prato, um púcaro, uma colher, uma faca, vinho e cigarros ao indivíduo que assinasse o contrato<sup>44</sup>.

A continuação da pressão administrativa sobre a força de trabalho simbolizava, por um lado, o carácter 'cosmético' das reformas de Maio de 1961<sup>45</sup> e, por outro, a incapacidade da Companhia do Buzi em oferecer condições que atraíssem trabalhadores e conferiu uma dinâmica específica ao trabalho migratório para o Buzi, principalmente se atendermos que no Sul de Moçambique, por exemplo, as pessoas migravam voluntariamente para trabalho a África do Sul ou para a cidade de Maputo<sup>46</sup>, onde, tal como o Buzi em relação à região Norte do Zambeze, os salários eram mais elevados.

O transporte dos trabalhadores recrutados fora do Buzi para o cumprimento dos contratos estava a cargo da Companhia, conforme, aliás, o estipulado na legislação laboral<sup>47</sup>. Os trabalhadores contratados em Nampula eram transportados por via marítima, *'no porão do navio, num lugar escuro e viajavam sem ver para onde iam'*<sup>48</sup>, enquanto os recrutados em Tete, Inhambane e Manica eram transportados por via terrestre, indo todos confluír na cidade da Beira, onde eram alojados num acampamento

---

<sup>42</sup> INA, 1989: 20

<sup>43</sup> António; 2000: 41-42

<sup>44</sup> O'Laughlin; 2000: 24

<sup>45</sup> Capela; 1977: 259

<sup>46</sup> Covane; 1992: 86-87; Penvenne; 1993: 175-176

<sup>47</sup> Código do Trabalho Rural, artigo 83

<sup>48</sup> Afonso Sibabiri, entrevistado a 4 de Abril de Abril de 2003, nos escritórios da Companhia do Buzi

da Companhia, sito no bairro da Chipangara, donde eram posteriormente conduzidos, de barco, até ao Buzi<sup>49</sup>.

Uma vez no Buzi, os trabalhadores eram dirigidos aos escritórios da Companhia, onde celebravam os contratos<sup>50</sup> (vide o Anexo III).

Os contratos destes trabalhadores variavam entre 6 e 12 meses<sup>51</sup>, após os quais eram repatriados pelo agente que os contratara<sup>52</sup>, facto que distinguia a Companhia da Açucareira de Xinavane e da MARAGRA, que já não repatriavam os seus trabalhadores recrutados no Norte, por temerem que entrassem em contacto com os ideais do movimento nacionalista<sup>53</sup>. Ademais, ao continuar a repatriar os trabalhadores contratados fora do Buzi, a Companhia estava a resolver, à maneira própria, o dilema colocado pela legislação laboral<sup>54</sup>.

Por causa dos elevados custos de aquisição e de transporte destes trabalhadores, a Companhia procurava, sempre que fosse possível, dispensá-los. Em 1964, por exemplo, na sequência duma grande afluência de trabalhadores eventuais do Buzi, a empresa encerrou momentaneamente as estações de recrutamento de Nampula e de Tete<sup>55</sup>.

---

<sup>49</sup> INA; 1989: 19

<sup>50</sup> Afonso Sibabiri, entrevista citada

<sup>51</sup> INA; 1989: 20; AHM. FGDB, Cx 664. Processo B/11, 1957-1962. 'Relatório da Agência da Curadoria dos Indígenas da Circunscrição do Buzi respeitante às condições de trabalho que as entidades patronais da Circunscrição proporcionaram ao pessoal trabalhador durante o ano de 1961', 2/03/62. Os contratos dos trabalhadores de Inhambane e de Nampula duravam 12 meses; os dos de Tete variavam entre 6, 8 e 12 meses, e os dos de Manica e Sofala, 6 meses

<sup>52</sup> Afonso Sibabiri, entrevista citada. Normalmente, o agente fazia novas contratações e apresentava, às autoridades, a relação dos trabalhadores falecidos e/ou desaparecidos

<sup>53</sup> António; 2000: 44

<sup>54</sup> Dilema colocado pelos artigos 4 e 151 do Código do Trabalho Rural. O primeiro insistia no trabalho periódico para os africanos e o segundo apelava à estabilização da força de trabalho

<sup>55</sup> AHM-SE. Companhia do Buzi, SARL. Gerência de 1964 [s.p.]; AHM-FGDB. Cx 225. Processo A/30, 1960-1961. 'Cópia do diário de serviço da Administração do Buzi referente ao mês de Junho de 1964, dia 11'; AHM-FACB. Cx 114. Processo B/2/9, 1969-1974. 'Requerimentos da Companhia do Buzi ao Governo-Geral do Estado de Moçambique para a renovação de licenças de recrutamento de mão de obra no Distrito de Moçambique, 1973-1974'; AHM-FACB. Cx 164. 'Títulos individuais de contratos de trabalho celebrados entre a Companhia do Buzi e trabalhadores do Distrito de Moçambique'. 1968

Os trabalhadores do Buzi eram geralmente admitidos por 'contrato verbal' e trabalhavam em regime eventual, cumprindo contratos de um mês prorrogável<sup>56</sup>.

A Companhia tinha menores de idade, os 'garotos' ou 'apales', na sua força de trabalho agrícola, admitidos através dum contrato chamado *sereta* e recrutados essencialmente no distrito do Buzi<sup>57</sup>. O recrutamento e emprego de menores, que nas farmas de milho e de tabaco de Manica (1930-ca 1965) visava aliviar a escassez de trabalhadores adultos<sup>58</sup> e nas plantações de cana da Sena Sugar Estates era uma estratégia salarial<sup>59</sup>, tinha dinâmicas específicas na Companhia, principalmente se atendermos que os seus salários eram, nalguns casos, iguais aos dos adultos<sup>60</sup>.

O sistema dos contratos periódicos de trabalho agrícola, que para Dolny<sup>61</sup> era a estratégia encontrada pelo Estado Colonial para '*dificultar o desenvolvimento de formas coordenadas de resistência [...] entre o campesinato*', era também intrínseco ao próprio sistema de monocultura em grande escala. Tal como qualquer outra cultura, a cana sacarina tem diferentes exigências de mão de obra conforme as fases de crescimento. É por isso que durante o período da colheita, que ia normalmente de Maio/Junho até finais de Novembro, a Companhia contratava um adicional de mão de obra que era dispensado nos seis meses seguintes, em que se fazia a lavoura, o plantio, a irrigação, a sacha e a

---

<sup>56</sup> AHM-FGDB, Cx. 631, Processo B/11, 1961-1962 'Relação dos contratos de trabalhadores indígenas feitos no Distrito de Moçambique prestando serviço na Circunscrição do Buzi', 1961; AHM-FACB- Cx 162. Processo B/11/3, 1963. 'Companhia do Buzi; comunicações de admissão de trabalhadores adultos', 1963

<sup>57</sup> AHM-FACB. Cx.162. Processo B/11/3, 1963. 'Companhia do Buzi; comunicações de admissão de trabalhadores eventuais menores de idade', 1963; Manja António, entrevistado a 14 de Abril de 2003, na vila do Buzi; Tomás Naene, entrevistado a 20 de Março de 2003, em Bândua; Florêncio; 1994: 97

<sup>58</sup> Neves; 1998: 206

<sup>59</sup> Head; 1980: 64

<sup>60</sup> Voltaremos a este assunto no número 3.3.

<sup>61</sup> Dolny; 1985: 220.

pulverização, trabalhos que exigiam pouca mão de obra, pois, conforme veremos, alguns deles eram mecanizados<sup>62</sup>.

O recrutamento periódico de trabalhadores de Nampula e de Tete terminou nos finais de 1974, quando, pouco depois da entrada em funções do Governo de Transição, a Companhia encerrou as estações de recrutamento naquelas províncias<sup>63</sup>.

### 3. Enquadramento profissional e social dos trabalhadores

#### 3.1. O dia a dia no campo

Tal como na apanha do caju e em grande parte das plantações e das farmas comerciais<sup>64</sup>, na Companhia do Buzi o trabalho agrícola manual (sacha e plantio) era por *tarefas*<sup>65</sup>, o que tornava o horário variável<sup>66</sup>, não obstante o facto do Código do Trabalho Rural ter estipulado que a semana de trabalho, a durar de segunda a sábado, não devesse ultrapassar as 48 horas<sup>67</sup>.

Havia divisão social do trabalho no campo. Os trabalhadores adultos participavam em todas as etapas do processo produtivo, nomeadamente no plantio, na sacha e na colheita, enquanto os menores eram preferencialmente empregues na apanha de *mathimbo* (a cana que fica no campo depois do corte)<sup>68</sup>.

---

<sup>62</sup> Américo Brunfel Alberto, entrevistado a 17 de Março de 2003, escritórios da Companhia do Buzi.

<sup>63</sup> Domingos Mandambu, entrevistado a 10 de Abril de 2003, em Bândua

<sup>64</sup> Schaedel; 1984: 26-27; Dolny; 1985: 219

<sup>65</sup> Manja António; Tomás Naene, entrevistas citadas. *Trabalho por tarefas* é o mesmo que trabalho com metas diárias, antes do cumprimento das quais o trabalhador não podia largar. O trabalhador tinha que sacher ou plantar uma extensão de 'uma linha', equivalente, regra geral, a 2x100m

<sup>66</sup> Tomás Naene, Manja António, entrevistas citadas. AHM-FGDB, Cx 664. Processo B/11, 1957-1962. 'Relatório da Agência da Curadoria dos Indígenas da Circunscrição do Buzi...'

<sup>67</sup> Código do Trabalho Rural, número 1 do artigo 90

<sup>68</sup> INA; 1989: 20. De acordo com Tomás Naene, entrevista citada, quando empregues na sacha manual, os menores trabalhavam aos pares

A deslocação ao campo era feita a pé, mas como os acampamentos se encontravam espalhados pelas plantações, os trabalhadores alojados, pelo menos, não percorriam grandes distâncias para o trabalho<sup>69</sup>.

Os trabalhadores vestiam um uniforme (principalmente os recrutados fora do Buzi) e dispunham de material de trabalho (enxadas e catanas) fornecidos pela Companhia<sup>70</sup>.

Normalmente, os trabalhadores do plantio e da sacha manual de cana não tinham intervalo para refeição, enquanto os da colheita paravam, às vezes, para tomarem *maheu* ou chá oferecidos pela Companhia<sup>71</sup>.

O emprego de trabalhadores de diversas origens e, maioritariamente, semi-analfabetos, levantou, tal como em grandes empreendimentos como a construção da barragem de Cahora Bassa (1969-1975)<sup>72</sup>, questões sobre a língua de trabalho. Tomás Naene, ex-faxineiro, contou, a propósito, que '*era-nos difícil falar com eles* [os de Nampula, principalmente] ... *mas falávamos em Português*<sup>73</sup>.

Havia um rigoroso controle sobre a assiduidade da força de trabalho. Diariamente, depois do cumprimento das tarefas, os trabalhadores tinham que se apresentar ao apontador<sup>74</sup>, após o que podiam ir para casa. Mesmo assim, a Companhia foi flagelada por ondas de absentismo e de abandonos de posto, protagonizadas

---

<sup>69</sup> AHM-FGDB, Cx 664. Processo B/15, 1957-1962. 'Relatório da Agência da Curadoria dos Indígenas da Circunscrição do Buzi...'

<sup>70</sup> Tomás Naene, entrevista citada

<sup>71</sup> Manja António, entrevista citada. *Mahéu* é uma bebida não alcoólica, feita de farinha de milho e açúcar

<sup>72</sup> José, 2001: 20

<sup>73</sup> Tomás Naene, entrevista citada

<sup>74</sup> Idem

principalmente pelos trabalhadores do Buzi<sup>75</sup>, que chegaram a comprometer a produção agrícola, devido ao fraco grau de mecanização do processo produtivo<sup>76</sup>.

A mão de obra agrícola da Companhia e a dos canavieiros tinha a particularidade de ser toda masculina<sup>77</sup>, o que a distinguia da de outras empresas do ramo açucareiro, como a Açucareira de Xinavane<sup>78</sup>.

### 3.2. Alojamento, alimentação e vestuário

A legislação laboral obrigava as empresas a fornecerem alimentação, vestuário e alojamento aos seus trabalhadores contratados longe dos locais de trabalho<sup>79</sup>.

A Companhia alojava os trabalhadores contratados fora do Buzi em acampamentos, construídos de material diverso (vide o Anexo IV). Espalhados pelas plantações, os acampamentos eram formados por casas com capacidade para albergar dentre 4 a 32 inquilinos<sup>80</sup>.

Nestes acampamentos, tal como nos destinados aos trabalhadores africanos envolvidos na construção da Barragem de Cahora Bassa<sup>81</sup>, *viviam apenas homens. Não*

---

<sup>75</sup> 'A Companhia do Buzi obteve em 1961 um lucro líquido de 15 340 contos'. In: Diário de Moçambique, 14/06/62, p. 4; 'As empresas açucareiras vão pedir ao Governo a revisão do preço de venda do açúcar'. In: Diário de Moçambique, 3/07/63, p. 3; AHM-SE. Companhia do Buzi, SARL. Gerência de 1964 [s.p.]. No seu relatório de 1961, a empresa queixou-se do absentismo do 'pessoal não europeu' e em 1962 viu 1 123 trabalhadores a abandonarem os empregos, antes de, Novembro de 1964 e Março de 1965, a empresa ver-se novamente confrontada com a deserção de milhares de trabalhadores do Buzi, por causa do avizinhar da quadra festiva do fim do ano e da época de sacha nas suas machambas

<sup>76</sup> 'As empresas açucareiras...', p. 3; AHM-SE. Companhia do Buzi, SARL. Gerência de 1964 [s.p.]. Por exemplo, em 1962 a produção de cana baixou em relação ao ano anterior devido, dentre vários factores, à falta de mão de obra e em 1964 as plantações de cana sofreram um *sensível prejuízo*, devido aos abandonos dos trabalhadores do Buzi.

<sup>77</sup> Américo Brundel Alberto, Manja António, entrevistas citadas; Clarence-Smith; 1986: 183;

<sup>78</sup> INA; 1989: 18

<sup>79</sup> Código do Trabalho Rural, artigos 83, 85 e 193, respectivamente

<sup>80</sup> Companhia do Buzi, SARL. 1986 [s.p.]. Cada quarto albergava um máximo de 6 inquilinos, o que equivale a dizer que em acampamentos como Luselite, Mangwena, Inhanguvo e Zindoga, onde cada casa albergava 32 trabalhadores, as casas tinham divisões internas

<sup>81</sup> José; 2001: 38



havia mulheres, nem era permitido que entrassem<sup>82</sup>, o que levava muitos a 'desenrascarem-se lá fora'<sup>83</sup>.

Os trabalhadores alojados recebiam alimentação, que consistia em farinha de milho, peixe seco, feijão, carne seca e fresca<sup>84</sup>, e vestuário, composto por um cobertor, dois calções e duas camisas de algodão, nalguns casos de baixa qualidade<sup>85</sup>.

O alojamento, a alimentação e o vestuário eram descontados nos salários<sup>86</sup>.

Os acampamentos da Companhia e dos canavieiros, destes últimos construídos de material precário<sup>87</sup>, não tinham boas condições de habitabilidade. Uma inspecção feita aos da Companhia em 1961, notou a inexistência dum serviço interno de fiscalização da limpeza dos alojamentos, da higiene na confecção dos alimentos e da regularidade no abastecimento de água e pela falta de distrações e divertimentos que promovessem 'hábitos de civilização' entre os trabalhadores<sup>88</sup>, críticas a que a empresa tentou responder não se poupando '*a esforços para proporcionar as possíveis e melhores condições materiais e morais de vida aos seus trabalhadores*'<sup>89</sup>.

### 3.3. Remunerações

A política salarial colonial tinha organizado Moçambique em forma duma escada, na qual as províncias do sul do Save formavam os degraus mais elevados e as do

---

<sup>82</sup> Tomás Naene, entrevista citada

<sup>83</sup> Idem

<sup>84</sup> AHM-FGDB, Cx 658. Processo B/15, 1943-1952. 'Direcção da Administração Civil de Manica e Sofala na Beira, 18/09/52: alimentação dos trabalhadores indígenas'

<sup>85</sup> AHM.FGDB, Cx 664. Processo B/11, 1957-1962. 'Relatório da Agência da Curadoria dos Indígenas da Circunscrição do Buzi...'

<sup>86</sup> Rita-Ferreira; 1971: 113. Vide também o Anexo III

<sup>87</sup> Afonso Sibabiri, entrevista citada; AHM-FGDB, Cx 661. Processo B/15, 1951-1961. 'Curadoria dos Indígenas do Buzi: Relatório da inspecção às empresas que empregaram mão de obra indígena nesta Circunscrição', 1953

<sup>88</sup> AHM.FGDB, Cx 664. Processo B/11, 1957-1962. 'Relatório da Agência da Curadoria dos Indígenas da Circunscrição do Buzi...'

norte do Zambeze os mais baixos, ficando as situadas entre estes rios, numa posição intermédia<sup>90</sup> e dava um tratamento especial aos trabalhadores migrantes, ao estatuir-lhes o pagamento em diferido<sup>91</sup> e ao estipular que os seus salários deviam ser mais elevados que os mínimos legais pagos tanto nas suas zonas de origem como nas de trabalho<sup>92</sup>.

Durante os anos 60 e 70, o Estado Colonial, responsável pela fixação dos salários prestou uma atenção especial aos salários mínimos (diário e mensal, agrícola e industrial) dos 'trabalhadores não especializados', tendo-os actualizado por diversas vezes<sup>93</sup>, depois, nalguns casos, de inquéritos aos governos provinciais e de comparações com os territórios vizinhos de Moçambique<sup>94</sup>.

A Companhia do Buzi tinha, se assim se pode dizer, uma política salarial própria. Em 1961, por exemplo, a empresa pagava os 140 escudos de salário mensal fixados para os trabalhadores agrícolas não especializados das áreas rurais de Manica e Sofala aos seus trabalhadores adultos de Nampula<sup>95</sup>, ignorando assim a obrigatoriedade de pagar um valor mais elevado, conforme fixado por lei, e chegou a pagar salários iguais para adultos e para menores<sup>96</sup>.

---

<sup>89</sup> 'A Companhia do Buzi obteve...', p. 4.

<sup>90</sup> Vide, a propósito, Rita-Ferreira; 1971: 112 *et seq*

<sup>91</sup> INA; 1989: 19. Código do Trabalho Rural, artigos 79 e 80

<sup>92</sup> BO, n.º 50, 1ª Série, 1960. Despacho do Governador Geral, 3 de Dezembro

<sup>93</sup> 'Fixados os salários mínimos dos trabalhadores rurais'. In: Notícias da Beira, 26/03/71, p. 2. Rita-Ferreira; 1971: 112-116. Houve revisões salariais em 1961, 1966 e 1971

<sup>94</sup> Soares; 1984: 3-7

<sup>95</sup> Rita-Ferreira; 1971: 112; AHM. FGDB, Cx. 631. Processo B/11, 1961-1962. 'Relação dos contratos de trabalhadores indígenas feitos no Distrito de Moçambique prestando serviço na Circunscrição do Buzi, elaborada de harmonia com o determinado na nota n.º 3633/B/11 de 21/5/57 da Secretaria Distrital de Administração Civil de Manica e Sofala', 1961; AHM-FACB. Cx 664. Processo B/15, 1957-1962. 'Agência da Curadoria dos Indígenas da Circunscrição do Buzi...' 'Na mesma altura, os salários dos trabalhadores especializados variavam de 250 a mais de 1000 escudos

<sup>96</sup> AHM-FACB. Cx.162. Processo B/11/3, 1963. Companhia do Buzi: comunicações de admissão de trabalhadores eventuais menores de idade', 1963. O artigo 131 do Código do Trabalho Rural ordenava que os menores deviam auferir salários inferiores aos dos adultos

Em Março de 1974 os canavieiros pagavam 25 escudos de salário diário aos seus trabalhadores manuais<sup>97</sup>.

Para além dos salários, pagos nos acampamentos em dias previamente marcados por si<sup>98</sup>, a Companhia costumava oferecer prémios de assiduidade<sup>99</sup>.

Os salários pagos pela Companhia eram baixos. Prova disso é que o absentismo e os abandonos de posto mencionados no número 3.1., eram principalmente causados pelo avolumar das necessidades de mão de obra das machambas dos trabalhadores<sup>100</sup>. Por outras palavras, os salários não eram suficientes para libertar os trabalhadores da produção alimentar.

#### 4. Estrutura de produção, produtividade e produção agrícola

##### 4. 1. O sistema canavieiro

Tal como na Açucareira de Moçambique, localizada no vale do Púngoè, província de Sofala, e na MARAGRA<sup>101</sup>, parte da cana sacarina laborada pela fábrica de açúcar da Companhia do Buzi era comprada a agricultores portugueses brancos singulares e colectivos que operavam em terras pertencentes à empresa, num sistema que tinha como objectivos fomentar a colonização europeia na zona da fábrica<sup>102</sup> e reduzir a dependência em relação à mão de obra africana<sup>103</sup>, uma vez que se esperava que todo o

---

<sup>97</sup>Silva; 1974: 44

<sup>98</sup> AHM. FGDB. Cx 164. Processo B/11/3, 1967. 'Ofício da Companhia do Buzi ao Subdelegado do Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social: Pagamento de salários, 7/09/67'

<sup>99</sup> 'A Companhia do Buzi obteve...', p. 4

<sup>100</sup> AHM-SE. Companhia do Buzi, SARL. Gerência de 1964 [s.p.]

<sup>101</sup> INA; 1989: 25

<sup>102</sup> Baptista; 1962: 272 *et passim*; Couceiro, Miguel. 'O açúcar na portugalização de Moçambique'. In: Diário de Moçambique, 13/05/61, pp. 3, 4.

<sup>103</sup> Florêncio; 1994: 93

trabalho seria realizado pelos fazendeiros com a ajuda de familiares<sup>104</sup>. Estes objectivos nunca foram plenamente atingidos, visto que os canavieiros sempre empregaram trabalhadores africanos, que recrutavam essencialmente na circunvizinhança das fazendas<sup>105</sup>.

Até meados dos anos 60 a Companhia operava com 10 canavieiros, triplicando-se este número em 1966, quando aquela instalou 22 novos, com os quais assinou contratos de fornecimento de cana<sup>106</sup>. Mesmo assim, a Companhia continuou com um número insignificante de canavieiros, quando equiparada à Açucareira de Moçambique, que trabalhava com 152<sup>107</sup>.

Depois da instalação dos 22 novos canavieiros, a área explorada por particulares passou a ser de 5 380 ha dos 7 265 ha de terra concebidos para o cultivo de cana<sup>108</sup> e a produção global de cana e a dependência da Companhia em relação aos agricultores particulares registaram uma tendência crescente (Vide o Anexo V).

O rápido crescimento do número de canavieiros em 1966 não deve ser dissociado do contexto socioeconómico da época. Tal como indicámos, a Companhia estava a ser flagelada por uma onda de absentismo que prejudicava a sua produção agrícola<sup>109</sup>, situação a que se adicionariam a dificuldade de mecanizar todas as etapas do processo

---

<sup>104</sup> Baptista; 1962: 275 *et passim*

<sup>105</sup> AHM-FGDB. Cx 661. Processo B/15, 1951-1961: 'Curadoria dos Indígenas do Buzi...'; Afonso Sibabiri, entrevista citada; INA; 1989: 18; Florêncio; 1994: 93. Casos houve de canavieiros como José Clemente da Silva, que chegou a recrutar trabalhadores de Tete. Cada canavieiro tinha a sua força de trabalho, que variava entre os 50 e os 100 homens. Os trabalhadores contratados fora do Buzi eram alojados nos acampamentos dos canavieiros

<sup>106</sup> AHM-SE. Companhia do Buzi, SARL. Gerência de 1966, [s.p.]

<sup>107</sup> David; 1974: 48

<sup>108</sup> AHM-SE. Companhia do Buzi, SARL. Gerência de 1986, [s.p.]

<sup>109</sup> Número 3.1.

produtivo agrícola e o encarecimento de mão de obra<sup>110</sup>, de tal forma que a transferência dos custos de produção para terceiros afigurava-se como a única saída.

O sistema canavieiro tinha uma lógica complexa, senão mesmo delicada. Tal como indicámos, as terras exploradas pelos canavieiros pertenciam à Companhia. Nos termos dos contratos de instalação dos canavieiros, a Companhia obrigava-se a pagar, a cada um, 55% do valor líquido do açúcar comercial produzido pela cana entregue, a ser calculado com base em análises laboratoriais<sup>111</sup>, e a receber e laborar toda a cana por eles produzida<sup>112</sup>. O cumprimento destas cláusulas revelou-se controverso, conforme ilustram os exemplos que se seguem.

Em 1966, os já agora 32 canavieiros acumularam sérios prejuízos quando a Companhia não conseguiu laborar cerca de um terço das 224 279 toneladas de cana por eles produzidas<sup>113</sup> devido à fraca capacidade da fábrica de açúcar (a fábrica tinha capacidade para laborar 2 640 toneladas de cana por dia), por um lado, e à inexistência de quotas de produção por agricultor, por outro<sup>114</sup>.

O encarecimento da mão de obra, o aumento dos preços da maquinaria agrícola e dos adubos e o aumento dos impostos nos finais dos anos 60, elevaram tanto os custos de produção que o exercício da actividade canavieira começou a não ser rentável para muitos agricultores<sup>115</sup>. Confrontados com a situação, 30 canavieiros (vide o Anexo VI)

---

<sup>110</sup>Rita-Ferreira; 1971: 113. Em 1966 o Estado Colónial aumentou em pouco mais de 10% os salários dos trabalhadores agrícolas africanos não especializados

<sup>111</sup>Couceiro, Miguel. 'A crise canavieira e o pagamento de cana'. In: Diário de Moçambique, 14/10/66, p. 3; 'Comercialização de cana discutida por produtores na Beira'. In: Notícias, 8/05/75, p. 2. Este valor começou a vigorar em 1954 e manteve-se até 1969.

<sup>112</sup>Couceiro, Miguel. 'Crise de crescimento na economia canavieira'. In: Diário de Moçambique, 13/10/66, p. 3

<sup>113</sup>'Começaram já a lavar-se terras com cana por colher'. In: Diário de Moçambique, 3/10/66, p. 3

<sup>114</sup>'Começaram já a lavar-se...', p. 3; Couceiro, Miguel, 13/10/66, p. 3; INA; 2000: 1. A Açucareira de Moçambique já tinha estabelecido quotas de produção para cada um dos seus 152 canavieiros

<sup>115</sup>Silva; 1974: 43. Por exemplo, entre 1964 e 1974 o preço dum tractor subiu de 85 para 215 mil escudos. Sobre o custo de mão de obra, vide o número 3.3.

enviaram, em Agosto de 1969, um abaixo-assinado à Companhia, pedindo a revisão do desconto de 45% que sofriam<sup>116</sup>. Na resposta, a empresa passou a pagar-lhes 180 escudos por tonelada de cana entregue<sup>117</sup>.

Porque a quantia continuava a não cobrir os custos de produção e era irrisória, principalmente quando comparada aos 3700 escudos/tonelada estabelecidos pelo Regime Açucareiro de 1966, com que a Companhia vendia o açúcar em Portugal<sup>118</sup>, muitos canavieiros começaram, a partir de 1972, a diversificar as suas actividades, passando a produzir o agora rentável algodão, arroz, oleaginosas e a criar gado<sup>119</sup>.

#### 4.2. A 'zona algodoeira'

Mesmo depois do banimento das culturas obrigatórias, os camponeses do Buzi continuaram a ser os principais fornecedores de algodão da Companhia<sup>120</sup> (vide o Anexo VII). Ao continuarem a produzir algodão, situação para a qual podem ter concorrido a continuação da pressão administrativa<sup>121</sup> e os rendimentos que a cultura passou a proporcionar<sup>122</sup>, os camponeses da 'concessão algodoeira' da Companhia, agora assistidos tecnicamente pelo recém-criado Instituto do Algodão de Moçambique

<sup>116</sup> AHM. FSCI, Cx 508. Processo 'Contratos entre os canavieiros e a Companhia do Buzi, 1969/1970'. 'Exposição dos canavieiros à Companhia do Buzi, 23/08/69

<sup>117</sup> 'Comercialização de cana...', p. 2.

<sup>118</sup> 'Preço do açúcar moçambicano passa para 6 600 escudos a tonelada'. In: *Tempo*, 17/03/74, p. 12

<sup>119</sup> 'Liberalização do mercado do açúcar: sugestão de um canavieiro'. In: *Notícias da Beira*, 8/10/73, p. 3 ; Silva; 1974: 43

<sup>120</sup> 'A Companhia do Buzi estima em cem mil toneladas o aumento da produção de cana na campanha açucareira deste ano'. In: *Diário de Moçambique*, 1/06/65, p. 8

<sup>121</sup> O'Laughlin; 2000: 25

<sup>122</sup> Florêncio; 1994: 97; Hedges; 2003: 7. Em 1961, o preço de compra ao produtor subiu de 3,10 para 3,70 escudos o quilo

(IAM)<sup>123</sup>, distinguiram-se dos da Sena Sugar Estates, que depois do banimento do cultivo forçado desistiram em massa, provocando a queda da produção desta concessionária de 375 toneladas em 1961, para 14 em 1962<sup>124</sup>.

A 5 de Agosto de 1963 o Estado Colonial aboliu as 'concessões algodoceiras'<sup>125</sup>, mas a Companhia não foi abalada pela medida, visto que a 30 de Outubro do ano anterior desistira do estatuto de concessionária, socorrendo-se, para o efeito, das disposições do decreto n.º 40 405 de 24 de Novembro de 1955<sup>126</sup>.

A partir dos finais dos anos 60, o Estado Colonial aumentou a sua intervenção na produção de algodão, ao canalizar, através do Instituto do Algodão, apoio financeiro e técnico a agricultores 'autónomos' europeus e africanos e ao incentivar a formação de cooperativas como a União Cooperativa e Industrial do Vale do Zambeze (UNICOOP), que davam assistência técnica aos camponeses africanos envolvidos na produção daquela cultura<sup>127</sup>.

A 'zona algodoceira' da Companhia do Buzi não ficou alheia às transformações que ocorriam no sistema de produção de algodão do resto do país. Depois do Instituto ter procedido à distribuição de novas variedades de sementes de algodão no distrito do Buzi em 1970<sup>128</sup>, assistiu-se a um rápido aumento do número de produtores 'autónomos'<sup>129</sup>, que provocou o abrandamento da pressão administrativa<sup>130</sup> e o desinteresse dos camponeses africanos pela produção daquela cultura. Para elucidar a queda da

<sup>123</sup> 'A Companhia do Buzi estima...', p. 8. O Instituto do Algodão foi criado em Agosto de 1961 e tinha por missão fomentar a produção do algodão

<sup>124</sup> Pitcher; 1993: 262

<sup>125</sup> BO, n.º 33, 1ª Série, 1963. Decreto n.º 45 179 de 5 de Agosto

<sup>126</sup> AHM-SE. Companhia do Buzi, SARL. Gerência de 1964, [s.p.]; Florêncio; 1994: 97

<sup>127</sup> Hedges; 2003: 9-11

<sup>128</sup> Instituto do Algodão de Moçambique; 1970: 105

<sup>129</sup> AHM-SE. Companhia do Buzi, SARL. Gerência de 1970. [s.p.]

<sup>130</sup> Hedges; 2003: 9

participação camponesa na produção de algodão da Companhia, basta reparar que depois de em 1969 se ter fixado nas 1 546, 9 toneladas, em 1970 baixou para 641, enquanto a dos 'autónomos' subia, durante o mesmo período, de 56,4 para 102 toneladas<sup>131</sup>.

Esta tendência, que seria reforçada com a já citada entrada de alguns canavieiros na produção de algodão em 1972, manteve-se até 1974/5, período durante o qual os agricultores 'autónomos' europeus começaram a abandonar o país, o Instituto do Algodão cessou as suas actividades<sup>132</sup> e a Companhia deixou de comprar algodão, na sequência das mudanças políticas que Moçambique estava a atravessar.

#### 4.3. Condicionantes da produtividade e da produção

O rendimento das plantações, principalmente das de cana, era muito baixo, devido principalmente à falta de conhecimentos técnicos e de motivação e à malnutrição dos operários agrícolas<sup>133</sup>. O único ano em que as plantações da Companhia tiveram bons resultados foi 1961, quando se atingiu um rendimento médio de 104 ton/ha<sup>134</sup>. No quinquénio 1970/1974, por exemplo, o rendimento médio foi de 52.3 ton/ha, valor muito inferior ao das plantações da Sena Sugar Estates-Marromeu, situado, durante o mesmo período, em 92.8 ton/ha<sup>135</sup>. Nem mesmo a participação dos técnicos da Companhia nas 'Jornadas Açucareiras', em que participavam técnicos de açucareiras, ajudou a melhorar os rendimentos<sup>136</sup>.

Para além do factor força de trabalho, a produtividade e a produção agrícola da Companhia eram fortemente condicionadas pelas condições ambientais. Durante a

<sup>131</sup> AHM-SE. Companhia do Buzi, SARL. Gerência de 1970. [s.p.]

<sup>132</sup> UEM/CEA; 1981: 22, 29

<sup>133</sup> Clarence-Smith; 1986: 184; Baptista; 1962: 272

<sup>134</sup> Mandava & Muzimpua; 1987: 13





campanha 1965/1966, por exemplo, em que a pluviosidade média mensal (de Junho a Maio) foi de 1 596.5 mm, a Companhia e os canavieiros produziram um total de 325 498 toneladas de cana e os produtores de algodão 2 524 toneladas, antes de, na campanha 1969/1970, a produção de cana baixar para 299 573 toneladas e a de algodão para 743,, devido, em parte, à fraca precipitação, situada nos 691, 2 mm<sup>137</sup>. Na campanha 1967/1968, em que a precipitação se situara nos 791,2 mm mensais, a Companhia virase, inclusive forçada a comprar cerca de 20 000 toneladas de cana à Açucareira de Moçambique para reforçar as cerca de 250 600 que produzira com os seus canavieiros<sup>138</sup>.

Para além dos factores supracitados, a baixa produtividade das plantações da Companhia devia-se ao tipo de fertilizantes usados. Os técnicos da empresa usavam sulfato de amónio, um adubo azotado que acidifica os solos e altera-lhes o respectivo p.H., em detrimento do de ureia, que não tem efeitos colaterais sobre a terra<sup>139</sup>.

---

<sup>135</sup> INA [2002?]: [s.p.]

<sup>136</sup> 'III Jornadas Açucareiras'. In: *Indústria Moçambicana*, Vol. 7, n.º 4, (Abr.), 1974, pp. 117-119

<sup>137</sup> AHM-SE. Companhia do Buzi, SARL Gerência de 1970 [s.p.]; Florêncio; 1994: 44

<sup>138</sup> 'Vinte mil toneladas de cana sacarina compradas pela Companhia do Buzi à Açucareira de Moçambique'. In: *Diário de Moçambique*, 10/07/68, p. 3

<sup>139</sup> Silva; 1974: 44

## Conclusão

As reformas de Maio de 1961 não conduziram, afinal, a uma reestruturação radical dos processos de angariação de mão de obra nem do sistema de produção da Companhia, já que esta continuou a recrutar basicamente com recurso às autoridades, a partilhar a responsabilidade da produção de cana com agricultores particulares (embora passasse praticamente a depender destes) e a comprar algodão.

O contínuo recurso às autoridades era a única forma de a Companhia prover-se de mão de obra, já que não conseguia melhorar as condições de trabalho (com vista a atrair trabalhadores) nem mecanizar todas as etapas do processo produtivo agrícola (com vista a reduzir a dependência em relação a trabalhadores braçais).

A transferência, para agricultores portugueses, de mais de dois terços da responsabilidade da produção de cana foi a resposta encontrada pela Companhia para libertar-se das contrariedades da escassez de mão de obra, já que, como nos referimos, a empresa não conseguia mecanizar todas as etapas do processo produtivo.

A reestruturação do sistema de produção de algodão, isto é, o declínio da contribuição camponesa a favor da de agricultores 'autónomos' brancos e africanos a partir dos finais dos anos 60, foi o resultado actuação conjunta de dois fenómenos contemporâneos, nomeadamente a mudança do papel do Estado Colonial e a crise do sistema canavieiro. Explicando-nos, a partir dos finais dos anos 60, o Estado Colonial passou a alocar meios para indivíduos interessados numa produção em média e grande escala, o que aliviou a pressão sobre os camponeses e os conduziu a abandonarem a produção de algodão, na mesma altura em que, por causa das dificuldades por que passavam, muitos canavieiros adicionaram o algodão às suas produções.

### Capítulo III: O RECRUTAMENTO DE MÃO DE OBRA E A ESTRUTURA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DA COMPANHIA DO BUZI, 1975 – 1991

#### 1. As transformações do período 1975-1982 e o seu impacto

Durante o octénio 1975-1982, que começa com a independência de Moçambique e termina com o início da escalada do conflito armado no distrito do Buzi, os processos de angariação e enquadramento de mão de obra e a estrutura de produção agrícola da Companhia do Buzi sofreram uma complexa e profunda transformação, cujas causas e dinâmicas vamos analisar em pormenor já a seguir.

A primeira causa da transformação foi a abolição, pelo Estado, do sistema dos contratos periódicos de trabalho agrícola em 1975<sup>140</sup>. A abolição do sistema contratual, justificada pela necessidade de se garantir emprego permanente aos trabalhadores, de dar melhores salários e condições de trabalho e de criar uma classe de operários agrícolas disciplinados<sup>141</sup>, criou condições para que se repetisse, na Companhia, a situação que se verificava nas plantações de chá da Zambézia, onde os trabalhadores ficavam grande parte do ano sem fazerem nada<sup>142</sup> e para evitá-la, a direcção da empresa optou pelo reinício da produção de algodão (vide o Anexo VIII) e pela exploração de novas culturas como girassol e gergelim em plantações próprias<sup>143</sup>.

A abolição do sistema dos contratos periódicos permaneceu 'letra-morta'. A exemplo das grandes plantações e machambas estatais como o Complexo Agro-

---

<sup>140</sup> Head; 1980: 71; O'Laughlin; 1981: 14; O'Laughlin; 1996: 21

<sup>141</sup> Idem

<sup>142</sup> Hanlon; 1984: 179

<sup>143</sup> 'Planificação e diversificação da produção têm um grande exemplo na Açucareira do Buzi'. In: Notícias, 3/02/78, p. 3

Industrial do Limpopo<sup>144</sup>, a Companhia continuou a empregar trabalhadores eventuais, principalmente durante as colheitas. Estes trabalhadores, cuja missão terminava no fim das colheitas, podiam continuar ligados á empresa, pois, *'aquele que quisesse [...] podia continuar a trabalhar conforme a sua vontade'*<sup>145</sup>, mas por causa dos baixos salários (número 3.4.) e das necessidades de mão de obra das suas machambas<sup>146</sup>, muitos trabalhadores abandonavam os empregos no fim das colheitas<sup>147</sup>, como faziam os da MARAGRA<sup>148</sup>.

O reinício da produção de algodão em plantações próprias, que visava fundamentalmente manter os trabalhadores permanentemente ocupados, assinalou também o fim da 'zona algodoeira'<sup>149</sup> e o distanciamento da Companhia em relação aos esforços de reorganização da produção e comercialização de algodão desenvolvidos pelo Governo, dentre os quais se destacou a criação de 'regiões algodoeiras'<sup>150</sup>, em que as empresas tinham de fazer ofertas anuais, concorrendo para a obtenção de zonas de exclusividade<sup>151</sup>.

A segunda característica da reestruturação da Companhia foi o início, também a partir de 1975, do repatriamento dos trabalhadores contratados em Nampula e em Tete<sup>152</sup>, a confinação das zonas de recrutamento ao distrito do Buzi e distritos vizinhos

---

<sup>144</sup> Isaacman & Isaacman; 1983: 151-152

<sup>145</sup> Estêvão Saide, entrevistado a 20 de Março de 2003, em Bândua

<sup>146</sup> Florêncio; 1994: 164

<sup>147</sup> Idem

<sup>148</sup> Cardoso; 1993: 316

<sup>149</sup> O Professor Liesegang, pers. comm, contou que em 1975 camponeses houve que produziram algodão, que, entretanto, não foi comprado pela Companhia. De acordo com António Madjudaa, entrevistado a 20 de Março de 2003, em Bândua, o pessoal (capatazes, contabilistas) da 'zona algodoeira' foi redistribuído pelos diversos sectores de actividade da Companhia

<sup>150</sup> Governo de Transição; 1975: 153. Os distritos do Buzi e de Chibabava formavam a 19ª região.

<sup>151</sup> Instituto do Algodão de Moçambique, 2001: 49.

<sup>152</sup> Américo Brundel Alberto, Estêvão Saide, entrevistas citadas. O repatriamento era voluntário e prolongou-se até 1977/1978

(Chibabava, Machanga, Mambone e Sussundenga)<sup>153</sup>, o fim do emprego de mão de obra infantil<sup>154</sup> e o início do emprego de mulheres<sup>155</sup>.

O recrutamento era feito com a ajuda do Secretariado para os Assuntos Económicos do Comité Distrital do Partido FRELIMO, ao qual a Companhia recorria sempre que tivesse necessidades de mão de obra<sup>156</sup>.

A terceira causa da reestruturação foi o início, também a partir de 1975, do êxodo dos canavieiros<sup>157</sup>. O êxodo era o resultado das já citadas dificuldades que aqueles vinham enfrentando desde os finais dos anos 60 e do início da crise financeira da Companhia e, aliás, de toda a indústria açucareira nacional, causada pelo declínio das exportações<sup>158</sup> e pela marcação administrativa dos preços do açúcar no mercado interno<sup>159</sup>.

O êxodo, que se intensificou durante o biénio 1977/1978, era quase sempre antecedida pela venda de maquinaria agrícola e 'surpreendeu' a Companhia, que manteve as farmas abandonadas<sup>160</sup>, advindo daí uma evolução irregular, senão mesmo decrescente, da produção global de cana (Vide o Anexo IX), que arrastou a de açúcar<sup>161</sup>.

---

<sup>153</sup>Estêvão Saíde, entrevista citada; Florêncio; 1994: 163-164

<sup>154</sup>Américo Brundel Alberto, Estêvão Saíde, entrevistas citadas

<sup>155</sup> Américo Brundel Alberto, entrevista citada; Alberto Chawumwe, entrevistado a 20 de Março de 2003 em Bândua. A quase totalidade das mulheres era recrutada na circunvizinhança das plantações

<sup>156</sup> Florêncio; 1994: 163-164. Para o recrutamento de mulheres, a Companhia recorria, às vezes à delegação da Organização da Mulher Moçambicana no distrito do Buzi. Vide, a propósito, 'Empresa mista nasce no Buzi'. In: Diário de Moçambique, 25/04/90, p. 5

<sup>157</sup> Mandava & Muzimpua; 1987: 19

<sup>158</sup>INA; 1989: 28. Depois de em 1975 terem exportado 113 300 toneladas, em 1978 as açucareiras moçambicanas só colocaram 25 000 no mercado externo, onde os preços eram mais altos do que os nacionais

<sup>159</sup> INA; 1989: 32; INA; 2000: 2. De 1975 a 1980 o custo de produção de um quilo de açúcar era de 11 escudos e o preço de 5. Voltaremos a este assunto no número 5

<sup>160</sup> Mandava & Muzimpua; 1987: 13; 'Açucareira do Buzi intervencionada pelo Governo'. In: Notícias, 25/11/78, p. 1

<sup>161</sup>INA; 1989: 13. De 1974 a 1977 a produção de açúcar da Companhia desceu de 30 761 para 19 942 toneladas

A queda da produção da Companhia deu azo a que o Governo acusasse a direcção da empresa de estar a praticar actos de 'sabotagem económica' e a desrespeitar as Directivas Económicas e Sociais do III Congresso da FRELIMO, e intervencionasse a empresa a 20 de Novembro de 1978<sup>162</sup>. A intervenção da Companhia era, para o caso da indústria açucareira, a continuação dum processo iniciado em Fevereiro do ano anterior, com a da MARAGRA e continuado em Agosto de 1978, com a da Sena Sugar Estates<sup>163</sup>.

Depois de intervencionada, a Companhia retomou os canaviais abandonados<sup>164</sup> e começou a produzir hortofrutícolas diversas<sup>165</sup> (Vide o Anexo X).

O reinício da produção de algodão em plantações próprias e o reaproveitamento das farmas abandonadas pelos canavieiros portugueses ou, por outras palavras, a mudança da estrutura de produção agrícola, aumentaram os custos de operação da Companhia do Buzi. Por outras palavras, a Companhia passou a ser responsável pelos custos de manutenção duma força de trabalho e pelos de produção de culturas que até então não lhe pertenciam<sup>166</sup>.

## **2. Impacto do conflito armado sobre a Companhia do Buzi, 1982-1991**

O distrito do Buzi e a Companhia começaram a ser atingidos pelo conflito armado em 1980, ano em que a RENAMO destruiu a aldeia de Grudja<sup>167</sup> e atacou o acampamento de Mangwena, onde raptou alguns trabalhadores e assassinou outros, e

<sup>162</sup> 'Açucareira do Buzi vai produzir 100 hectares de milho'. In: Diário de Moçambique, 26/10/82, p. 2; INA; 1989: 30

<sup>163</sup> INA; 1989: 30.

<sup>164</sup> Zonjoo; 1999: 37

<sup>165</sup> 'Açucareira do Buzi intervencionada...', p. 1;

<sup>166</sup> Mandava & Muzimpua; 1987: 19

<sup>167</sup> Florêncio; 1994: 171

deixou uma mina<sup>168</sup>, mas seria a partir de 1982 que, na sequência de várias acções da guerrilha contra as suas propriedades, a empresa iniciaria um novo processo de reestruturação, destinado a adaptá-la à nova conjuntura.

O ano de 1982 assistiu à destruição, em Abril, das Serrações de Estaquinha, pertença da Companhia<sup>169</sup>, ao início, em Junho, de crises de mão de obra, causadas pela insegurança das estradas que ligavam as fábricas às zonas de recrutamento<sup>170</sup>, à saída dos últimos canavieiros<sup>171</sup> e a uma dramática redução da extensão dos terrenos explorados pela Companhia<sup>172</sup>, depois de vários ataques lançados pela RENAMO a partir de bases sitas nas proximidades da localidade de Bândua<sup>173</sup>.

A Companhia não ficou alheia à escalada do conflito armado e ao seu impacto e, com a ajuda do Estado, ensaiou um conjunto de respostas, cujos alcance e dinâmicas vamos analisar em pormenor a seguir.

## 2. 1. A militarização da força de trabalho

A militarização da força de trabalho da Companhia foi decidida durante uma reunião havida em Agosto de 1982, na qual *'os operários e camponeses acordaram, unanimemente, que todos deviam ser submetidos a uma preparação politico-militar adequada após a qual avançariam para qualquer que fosse a frente de trabalho'*, a ser

---

<sup>168</sup> Verniz Denja, entrevistado a 20 de Março de 2003, em Bândua

<sup>169</sup> Francisco Chapingua, entrevistado a 3 de Abril de 2003, Estaquinha. Os seus cerca de 100 trabalhadores foram redistribuídos pelos diversos ramos de actividade da empresa, tendo a maioria sido colocada no campo

<sup>170</sup> César, António. 'A meta está nas mãos'. In: *Diário de Moçambique*, 21/10/82, p. 9. Por exemplo, através da colocação de minas nas estradas que ligavam as fábricas às zonas de recrutamento

<sup>171</sup> Verniz Denja, entrevista citada

<sup>172</sup> César, António, 21/10/82, p. 9. Conforme se pode ver no Anexo IX

<sup>173</sup> Verniz Denja, entrevista citada. Por exemplo, Juli, Malalane e Ngandinga

ministrada pelos veteranos da luta de libertação nacional, enviados pelo Ministério da Defesa, integrados na empresa<sup>174</sup>.

Depois da preparação político-militar, que durava cerca de três meses<sup>175</sup>, os trabalhadores recebiam um traje militar e armas de fogo<sup>176</sup> e passavam a alternar o trabalho na Companhia com missões militares como desminagem das estradas que ligavam as fábricas às plantações, patrulhas<sup>177</sup> e assaltos a bases da RENAMO<sup>178</sup>.

Ao militarizar a sua força de trabalho, a Companhia do Buzi igualou-se à MARAGRA, empresa em que *'os custos de funcionamento [...] passaram a ser afectados pela guerra [...], nomeadamente através da afectação de recursos e tempo a actividades de defesa'*<sup>179</sup>.

Mesmo assim, e a despeito duma contra-ofensiva do exército governamental, que conduziu à destruição de 21 bases e à morte de 55 elementos da RENAMO durante o ano de 1984 em todo o distrito do Buzi<sup>180</sup>, a segurança das propriedades e dos trabalhadores da Companhia continuou a ser precária, pois no mesmo ano a guerrilha penetrou no perímetro da empresa, já reduzido à área compreendida entre a localidade de Bândua e as fábricas<sup>181</sup>.

<sup>174</sup> Manuel Albino, entrevistado a 23 de Abril de 2003 em Barada; César, António, 21/10/82, p. 9

<sup>175</sup> 'Encerrado 4º curso de auto-defesa'. In: Diário de Moçambique, 8/09/84, p. 2.

<sup>176</sup> César, António. 'Determinação vence todas as barreiras'. In: Diário de Moçambique, 13/10/82, pp. 8, 9; César, António, 21/10/82, p. 9; Cruz, Arsénio. 'Dificuldades desafiam capacidades humanas'. In: Diário de Moçambique, 6/01/86, p. 8

<sup>177</sup> António Chicuacho, entrevistado a 24 de Abril de 2003 em Manica; César, António. 'Milicianos destroem base de bandidos armados'. In: Diário de Moçambique, 11/10/82, p. 4.

<sup>178</sup> Verniz Denja, entrevista citada; César, António. 'Recuperada frente de Estaquinha'. In: Diário de Moçambique, 11/10/82, p. 1. Entre 1982 e 1987, por exemplo, os milicianos da Companhia do Buzi assaltaram e destruíram bases da RENAMO em Bupira, Mussucaro (em 1982 e resultou na reabertura temporária dos canaviais de Estaquinha), Puanda, Nyanfumira, Buaka, Grudja e noutras zonas

<sup>179</sup> Cardoso; 1993: 251

<sup>180</sup> '55 BA's sucumbiram, destruídos 21 acampamentos: balanço da guerra em 1984'. In: Diário de Moçambique, 29/01/85, p. 1

<sup>181</sup> Florêncio; 1994: 171. Vide também Cruz, António. 'Açúcar: o regresso à abundância?'. In: Diário de Moçambique, 14/12/89, p. 9



Num novo esforço destinado a travar a escalada da guerra, a Companhia formou, nos meados dos anos 80, uma milícia vocacionada exclusivamente para a defesa das suas instalações e propriedades. Esta milícia era formada por populares, maioritariamente jovens, recrutados entre as pessoas que se tinham refugiado nos terrenos da empresa<sup>182</sup>. Também enquadrado pelos veteranos da luta armada de libertação nacional, o batalhão foi dividido em pequenos grupos de 5 a 10 elementos, que foram estacionados em posições fixas, sitas no interior das plantações<sup>183</sup>.

Ao formar um batalhão composto por indivíduos que não participavam em nenhuma actividade produtiva<sup>184</sup>, a Companhia do Buzi assemelhou-se a empresas agrícolas como a Lonrho, e a companhias transportadoras, que tinham formado verdadeiros *exércitos privados*<sup>185</sup>.

A formação do batalhão revelou-se de certo modo improcedente, pois, para além de não ter melhorado a segurança da Companhia<sup>186</sup>, aumentou as suas despesas<sup>187</sup>. Ademais, ao enquadrar menores de idade na sua milícia, a Companhia estava a entrar em contradição com a sua política laboral, que consistia na rejeição de mão de obra infantil.

## 2. 2. As jornadas de trabalho voluntário

Para além da militarização da força de trabalho, a direcção da Companhia decidiu, ainda em 1982, a '*eliminação das distinções entre ramos e o envolvimento de*

---

<sup>182</sup> António Chicuacho, entrevista citada

<sup>183</sup> Idem

<sup>184</sup> Idem

<sup>185</sup> Hanlon; 1991: 75

<sup>186</sup> Verniz Denja, entrevista citada; 'Companhia do Buzi fará 5 600 toneladas de açúcar'. In: Diário de Moçambique, 21/01/89, p. 16. Como exemplos da deterioração da segurança, podemos citar a destruição de sete tractores envolvidos no transporte de cana estacionados em Mangwena em 1985 e, pouco depois, a danificação de duas electro-bombas de irrigação

*todos os trabalhadores nos trabalhos agrícolas*<sup>188</sup>, através das já em voga<sup>189</sup> jornadas de trabalho voluntário, às vezes extensivas aos habitantes do distrito Buzi no geral, estes mobilizados pelo Partido FRELIMO depois de solicitação da empresa. As jornadas eram normalmente realizadas nas vésperas de ou durante feriados, ou de eventos de interesse nacional, conforme se pode ver nos exemplos que se seguem.

Nos meados de 1982 a Companhia programou, *'em apoio à realização do IV Congresso do Partido FRELIMO'*, o plantio de 20 000 bananeiras, 10 ha de mandioca, um palmar e 100 ha de milho. Até finais de Outubro, tinham sido plantados 10 000 bananeiras, 1 250 coqueiros e o total das áreas programadas para o milho e a mandioca. Os trabalhos foram realizados por *'diversos responsáveis e trabalhadores da empresa organizados em brigadas de trabalho voluntário, sem prejudicar o curso normal das tarefas consagradas no plano da empresa'*<sup>190</sup>. Daniel Kunengwa, ex-trabalhador do sector de corte de lenha de Estaquinha, contou, a propósito, que *'Quando não houvesse muito trabalho no meu sector, ou quando fosse tempo de colheita nos algodoais, nos arrozais e no canavial, eu e os meus colegas éramos transferidos para ajudar...'*<sup>191</sup>

Em Janeiro de 1983 o Partido FRELIMO apelou a todos os cidadãos nacionais a participarem numa 'jornada nacional de trabalho voluntário' agendada para o dia 3 de Fevereiro, o Dia dos Heróis<sup>192</sup>. Nesta jornada, a Companhia bateu o recorde de mobilização a nível da província de Sofala, ao reunir 3 381 trabalhadores que

---

<sup>187</sup> António Chicuacho, entrevista citada, contou que semanalmente, a Companhia distribuía uma ração formada por farinha de milho, peixe seco e feijão aos milicianos, que se encarregavam da sua preparação

<sup>188</sup> César, António, 13/10/82, p. 8, 9; Cossa, Jonas. 'A nossa velha está cansada de inovações e necessita de peças e sobressalentes novos'. In: Diário de Moçambique, 15/08/84, p. 9

<sup>189</sup> Verniz Denja, entrevista citada. A primeira jornada de trabalho voluntário realizou-se em 1979

<sup>190</sup> Açucareira do Buzi vai produzir...', p. 2

<sup>191</sup> Daniel Kunengwa, entrevistado a 23 de Abril de 2003, em Barada

<sup>192</sup> Partido FRELIMO. 'Jornada Nacional de Trabalho Voluntário'. In: Notícias, 25/01/83, p. 3

*voluntariamente* sacharam diversas machambas, mondaram arroz e fizeram uma limpeza geral das instalações fabris e permitindo-a poupar mais de 200 mil Meticais<sup>193</sup>.

Nos meados do mesmo ano, cerca de 1000 pessoas, entre trabalhadores da Companhia, alunos da escola secundária do Buzi e residentes do distrito em geral envolveram-se numa jornada de trabalho voluntário de colheita de algodão *'no quadro do apoio às Directivas Económicas definidas pelo órgão máximo [o IV Congresso] do Partido FRELIMO'*<sup>194</sup>.

Em Julho do ano seguinte, moradores da vila do Buzi, entre *'trabalhadores das repartições públicas e serviços da localidade-sede e a população em geral'* decidiram realizar, até 25 de Setembro, Dia das Forças Armadas, uma campanha de *'trabalho voluntário'* no corte e plantio de cana, *'em saudação ao 20º aniversário do desencadeamento da luta armada de libertação nacional'* e em cumprimento das *'principais tarefas definidas pelo IV Congresso do Partido FRELIMO'*. Tal como as restantes, estas *'jornadas'* realizavam-se *'semanalmente e duma forma escalonada'*<sup>195</sup>.

A deslocação das pessoas envolvidas nas *'jornadas'* ao campo era assegurada por meios de transporte da Companhia<sup>196</sup>.

A última jornada envolvendo populares do Buzi realizou-se em 1986<sup>197</sup>, devido à actuação conjunta de vários factores, nomeadamente as fracas colheitas de algodão e de

---

<sup>193</sup>Sitoe, Rogério. 'Planos suplementares na Beira em mais de cinquenta empresas'. In: *Notícias*, 9/02/83, p. 3. Os Caminhos de Ferro-Centro, que se quedaram em segundo lugar, mobilizaram 1 500 trabalhadores. Sobre a mesma jornada, vide 'Plano suplementar rende 2500 contos'. In: *Diário de Moçambique*, 17/02/83, p. 2, que fornece números mais modestos, fixando o número de participantes em pouco mais de 988, mas cifra em 2 500 contos os rendimentos da jornada. Este artigo também fala do plantio de arroz, de cana e de hortícolas, alargando o âmbito do artigo do jornal 'Notícias', que fala de sacha. Vide também 'Colheita de mandioca fora da época normal'. In: *Diário de Moçambique*, 2/04/83, p. 2.

<sup>194</sup>'Mil pessoas na colheita de algodão'. In: *Diário de Moçambique*, 18/07/83, p. 2. O IV Congresso decorreu de 26 a 30 de Abril de 1983 e as suas Directivas apelavam à *'afecção de meios para a defesa da integridade territorial e da economia nacional, articulando-se as acções da defesa com as da produção'*

<sup>195</sup>'População do Buzi participa no corte e plantio de cana'. In: *Diário de Moçambique*, 27/07/84, p. 3

<sup>196</sup>Verniz Denja, entrevista citada

cana sacarina<sup>198</sup>, a aquisição de equipamentos para colheita<sup>199</sup>, as crescentes insegurança e dificuldades de transporte que 'atormentavam' a Companhia<sup>200</sup>.

A participação dos moradores do Buzi nas 'jornadas' lembra a pressão administrativa do tempo colonial, na medida em que, depois do trabalho, cada participante devia *'escrever o seu nome num livro ou caderno especialmente organizado para o efeito'*<sup>201</sup>. Para o caso dos trabalhadores da Companhia, talvez fosse melhor falar-se de 'trabalho gratuito', no lugar de 'trabalho voluntário', já que o mesmo era 'encomendado' ou pelo Partido FRELIMO, ou pela direcção da empresa, não sendo, por isso, da iniciativa dos participantes.

As jornadas de trabalho voluntário também não resolveram, a longo prazo, a crise de mão de obra que afectava a Companhia. Mesmo assim, elas conseguiram, de certo modo, dar um alento às produções da empresa.

### 2. 3. Mão de obra da 'Operação-Produção'

A 'Operação-Produção' ou a transferência, pelo Estado, de desempregados urbanos para zonas rurais foi realizada numa altura em que as empresas agrícolas estatais estavam a ressentir-se de crises de mão de obra e tinha, dentre vários, o objectivo de inverter a situação<sup>202</sup>.

---

<sup>197</sup> Idem

<sup>198</sup> Vide os Anexos VIII e IX

<sup>199</sup> Mandava & Muzimpua; 1987: Anexo CB-1. Neste ano, a Companhia adquiriu, a 23 de Julho, uma auto-combinada para colheita de arroz

<sup>200</sup> Sobre as dificuldades nos transportes, vide 'Saber enfrentar dificuldades, pensar rentabilizar empresa'. In: Diário de Moçambique, 27/02/88, p. 16; 'Buzi recupera tractores e barcos'. In: Diário de Moçambique, 4/02/89, p. 5

<sup>201</sup> Partido FRELIMO, 25/01/83, p. 3

<sup>202</sup> Egero; 1992: 221

A condução da 'Operação' foi assegurada por órgãos criados para o efeito, nomeadamente, o Comando Central Operativo (CCO), dirigido pelo ministro do Interior e composto por representantes de quinze ministérios e instituições e comandos provinciais operativos (CPO), com composição igual à do Comando Central e dirigidos pelos governadores provinciais<sup>203</sup>.

A 'Operação' iniciou a 4 de Julho de 1983, com a evacuação dos primeiros dois grupos de 'improdutivos' da cidade de Maputo para Inhambane<sup>204</sup>. Na província de Sofala a 'Operação' iniciou um pouco mais tarde, a 15 de Julho<sup>205</sup>, depois de reuniões entre o Comando Operativo da Beira e empresas agrícolas e instituições, com vista à '*avaliação das suas necessidades de mão de obra para futuro encaminhamento dos improdutivos*'<sup>206</sup>.

Foi nesse contexto que entre finais de Julho e princípios de Agosto de 1983 a Companhia admitiu 'improdutivos' de Sena, Nampula, Beira e Sul do Save<sup>207</sup>, que foram transportados ao Buzi de barco e enquadrados de acordo com as suas habilidades, profissões e habilitações literárias<sup>208</sup>.

Por causa de problemas organizacionais, resultantes da espontaneidade com que a 'Operação' foi desencadeada, a maioria dos indivíduos por ela abrangidos foi colocada

---

<sup>203</sup> 'População improdutiva deve regressar ao campo'. In: Diário de Moçambique, 25/06/83, p. 1. Os tais ministérios e instituições eram os ministérios da Defesa, Interior, Segurança, Justiça, Finanças, Portos, Caminhos de Ferro e Marinha Mercante, Agricultura, Comércio Interno, Indústria e Energia e da Informação, a Comissão Nacional do Plano, as Secretarias de Estado do Trabalho e da Aeronáutica Civil, Transportes Rodoviários e Comissão Nacional dos Conselhos de Produção

<sup>204</sup> 'Improdutivos a caminho dos locais de produção'. In: Diário de Moçambique, 6/07/83, p. 16

<sup>205</sup> 'Sofala: inscrição voluntária inicia próxima sexta-feira'. In: Diário de Moçambique, 11/07/83, p. 2;

'Fase compulsiva arrancou ontem na cidade da Beira'. In: Diário de Moçambique, 1/08/83, p. 4.

<sup>206</sup> 'Levantamento das necessidades de mão de obra na Beira'. In: Diário de Moçambique, 21/07/83, p. 2

<sup>207</sup> Paulo Manuel, entrevistado a 11 de Abril de 2003, vila do Buzi; Alberto Chawumwe, entrevista citada; Companhia do Buzi, SARL, 2003a [s.p.]

<sup>208</sup> Paulo Manuel, entrevista citada

em zonas onde não tinham sido antepadamente criadas condições de alojamento<sup>209</sup>. Na Companhia do Buzi a situação foi diferente, já que estes trabalhadores foram alojados nos acampamentos da empresa<sup>210</sup>.

Muitas empresas e instituições demoraram-se a pagar os salários dos trabalhadores admitidos no âmbito da Operação', o que levou o Comando Central a intervir<sup>211</sup>. Na Companhia tal não foi preciso, na medida em que a empresa pagou-lhes logo e de acordo com a tabela salarial em vigor<sup>212</sup>.

A 'Operação-Produção' não resolveu a escassez de mão de obra da Companhia, pois a maioria dos trabalhadores admitidos no âmbito dela abandonaram a empresa logo que aquela terminou<sup>213</sup> e assinalou uma mudança radical na forma de actuação do Estado, o qual se limitara, até então, a mobilizar as pessoas para trabalharem na Companhia.

### 3. Condicionantes da produtividade e da produção

A Companhia do Buzi continuou a debater-se com o problema da baixa produtividade, principalmente nas plantações de cana sacarina, situada, durante o período 1975-1991, numa média de 40.3 ton/ha<sup>214</sup>.

A baixa produtividade das plantações da Companhia era, tal como a de muitas empresas agrícolas estatais<sup>215</sup>, causada fundamentalmente pela falta de trabalhadores

---

<sup>209</sup>Hall & Young; 1997: 104

<sup>210</sup> Alberto Chawumwe, Paulo Manuel, entrevistas citadas

<sup>211</sup> 'Pagamento de salários para aqueles que não os receberam'. In: Diário de Moçambique, 20/08/83, p. 4

<sup>212</sup> Paulo Manuel, entrevista citada

<sup>213</sup> Idem. A 'Operação' terminou em Setembro

<sup>214</sup> INA [2002?a]

<sup>215</sup> Egero; 1992: 95

qualificados, a maioria dos quais tinha-a abandonado em 1974, pouco depois do golpe de Estado de 25 de Abril em Portugal<sup>216</sup> e da intervenção da empresa em 1978<sup>217</sup>.

Por causa do baixo rendimento por hectare, o aumento da produção, objectivo central dos *Planos Operativos* da empresa<sup>218</sup>, esteve sempre condicionado ao aumento da área cultivada. Porque a escalada do conflito armado não o permitia, a produção continuou a evoluir de forma negativa. Como exemplos da correlação entre o tamanho da área cultivada e da produção, podemos citar os anos de 1979 e de 1986, em que a empresa produziu, respectivamente, 191 890 toneladas de cana sacarina colhidos em 3 965 ha e 24 977 toneladas, colhidas em 568 ha<sup>219</sup>.

Para além da falta de técnicos qualificados a produção da Companhia era, principalmente depois da intervenção, condicionada por procedimentos burocráticos. Explicando-nos, tal como as demais açucareiras controladas pelo Estado<sup>220</sup>, a Companhia não adquiria directamente a maquinaria ou as peças e sobressalentes de que precisava, mas através de requisições feitas ao Instituto Nacional do Açúcar (INA), organismo estatal que tutelava o sector do açúcar<sup>221</sup>. Por causa das dificuldades do próprio Instituto, a produção da Companhia teve vários percalços. A campanha açucareira 1981/1982, por exemplo, quase ficou comprometida por causa *'da falta de peças sobressalentes, solicitadas ao INA já há bastante tempo'*<sup>222</sup> e a campanha

---

<sup>216</sup> 'Saber enfrentar...', p. 16. Alguns postos que exerciam alguma qualificação técnica eram ocupados por indivíduos não formados, mas com alguma experiência. Vide, a propósito, a página 55, em que estão indicadas as diversas funções exercidas pelos entrevistados

<sup>217</sup> INA; 1989: 31

<sup>218</sup> Bapista, Ernesto. 'Sete mil toneladas de açúcar serão produzidas este ano na Companhia do Buzi'. In: *Diário de Moçambique*, 9/07/83; 'Companhia do Buzi produzirá mais de cinco mil toneladas'. In: *Diário de Moçambique*, 8/09/89, p. 5

<sup>219</sup> INA [2002?a]; INA [2002?b]. Dados mais detalhados podem ser vistos no Anexo X

<sup>220</sup> Cardoso; 1993: 269

<sup>221</sup> INA; 1989: 40; Cardoso; 1993: 269

<sup>222</sup> César, António, 21/10/82, p. 8

algodoeira 1985/1986, produziu fracos resultados (23 toneladas de algodão-carço), *'por causa do incumprimento do plano de lavoura, devido à chegada tardia da maquinaria'*<sup>223</sup>.

#### 4. Novas formas de integração profissional e social da força de trabalho

##### 4. 1. O dia a dia no campo

Continuando com uma prática herdada do período colonial, o trabalho agrícola manual era, à excepção da colheita, por *tarefas*<sup>224</sup>. A persistência do trabalho manual derivava do facto de a Companhia não ter conseguido, tal como muitas empresas agrícolas estatais<sup>225</sup>, mecanizar todas as etapas do processo produtivo agrícola (vide o Anexo XI) e iniciado, a partir de 1978, a produção de novas culturas.

O trabalho por tarefas, que permitia aos trabalhadores a escolha da hora para o início do trabalho<sup>226</sup>, permitia também aos capatazes o aumento ou a redução do volume do trabalho, conforme a disponibilidade de mão de obra ou as fases do processo produtivo<sup>227</sup>. O aumento do volume do trabalho era uma prática corrente nas empresas agrícolas estatais, onde os trabalhadores eram instados a *'cumprir o plano'*<sup>228</sup> e nem sempre era aceite pelos trabalhadores da Companhia, que se amotinavam<sup>229</sup>.

<sup>223</sup> Mandava & Muzimpua; 1987: 13

<sup>224</sup> Estêvão Saide, Verniz Denja, Alberto Chawumwe, Paulo Manuel, entrevistas citadas; Vasco Mureresse, Manuel Agravante, entrevistados a 24 de Abril de 2003, em Bura

<sup>225</sup> Castel-Branco; 1994: 55

<sup>226</sup> Verniz Denja, entrevista citada. Entretanto, muitos trabalhadores iniciavam o seu dia de trabalho às 6h00, para puderem ser transportados para o campo por um tractor da Companhia que passava muito cedo pelos acampamentos e fazia a marcha em sentido inverso às 12h00

<sup>227</sup> Estêvão Saide, entrevista citada. Normalmente, a tarefa variava entre *'uma linha'* e *'uma linha e meia'*, mas durante a sacha os capatazes podiam marcar *'duas linhas e meia'*, se o capim fosse alto

<sup>228</sup> Hall & Young; 1997: 103

<sup>229</sup> Verniz Denja, entrevista citada. Como aconteceu em 1979 e em 1982



Embora não se possa falar nem de divisão sexual nem de divisão social do trabalho, as mulheres eram preferencialmente empregues nos arrozais, nos algodoads e nas hortas<sup>230</sup>, e os trabalhos mais duros nos canaviais (plantio, sacha e corte) eram confiados a homens com idade inferior a 45 anos<sup>231</sup>, sendo os mais leves (por exemplo, queima de cana nas vésperas da colheita) confiados aos idosos<sup>232</sup>.

A semana de trabalho durava de segunda a sábado para os trabalhadores do plantio e da sacha manual, e de segunda a domingo para os da rega e os envolvidos nas colheitas<sup>233</sup>.

Diferentemente dos trabalhadores das fábricas e dos milicianos (estes a partir de 1982) e à excepção dos envolvidos no corte de cana, que recebiam um fato feito de sacos, os trabalhadores do campo não recebiam uniforme de trabalho<sup>234</sup>.

Normalmente, não havia intervalos para refeições, exceptuando-se os dias de 'trabalho voluntário', em que um cozinheiro preparava papas ou chá<sup>235</sup>.

Depois do cumprimento da respectiva tarefa, cada trabalhador

'...ia ter com o chefe do grupo, que lhe dava uma senha. Depois ia ter com o apontador, que furava a senha e entregava-lhe um cartão no qual estava marcado que trabalhou nesse dia. Depois, podia ir para casa'<sup>236</sup>

Quando o trabalhador faltasse, o seu cartão era arquivado e, no dia em que reaparecesse, o capataz da sua secção interrogava-o sobre os motivos da ausência<sup>237</sup>. Se a mesma se devesse a falecimento de parentes ou a doença, o trabalhador não era

---

<sup>230</sup> Rita Mucolecua, entrevistada a 14 de Abril de 2003, Vila do Buzi; Alberto Chawumwe. Verniz Denja, entrevistas citadas. 'Companhia do Buzi contribui para minimização dos problemas alimentares'. In: Diário de Moçambique, 31/07/84, p. 4

<sup>231</sup> Estêvão Saide, entrevista citada

<sup>232</sup> Companhia do Buzi, SARL: 1990: 2. Se não fosse o caso, os idosos eram colocados como contínuos nas fábricas e nos escritórios

<sup>233</sup> Idem

<sup>234</sup> Verniz Denja, Paulo Manuel, entrevistas citadas; Companhia do Buzi, SARL; 1990: 2

<sup>235</sup> Paulo Manuel, entrevista citada

<sup>236</sup> Francisco Chapingua, entrevista citada

penalizado<sup>238</sup>, mas se não fosse o caso, podia sofrer descontos no salário ou ser expulso, se somasse 15 faltas consecutivas<sup>239</sup>. Parece-nos, entretanto, que, tal como na MARAGRA<sup>240</sup>, a expulsão revelou-se uma medida improcedente, pois, por causa das carências de mão de obra, a Companhia acabava readmitindo os trabalhadores expulsos.

Contrariamente a muitas empresas agrícolas estatais, onde os trabalhadores eram identificados através duma chapa em que vinha um número e a palavra 'camponês'<sup>241</sup>, os trabalhadores agrícolas da Companhia eram identificados por cartões em que vinham os nomes dos respectivos titulares<sup>242</sup>.

Depois de todos os trabalhadores terem cumprido as respectivas tarefas e se retirado do campo, os capatazes de secção faziam rondas pelas suas zonas de jurisdição para observarem a qualidade do trabalho realizado. Se fosse má, o que raramente acontecia, os responsáveis eram obrigados a refazer o trabalho no dia seguinte<sup>243</sup>.

Os trabalhadores, principalmente os envolvidos nas colheitas, tinham uma forma peculiar de organização. Tal como em muitas empresas agrícolas estatais<sup>244</sup>, os trabalhadores do corte de cana da Companhia estavam organizados em moldes militares, nomeadamente em *brigadas*, cuja composição variava entre 30 e 45 elementos<sup>245</sup>.

A organização dos trabalhadores em moldes militares e, às vezes, o canto durante a deslocação para o trabalho<sup>246</sup>, tinham como principal objectivo manter a disciplina no

---

<sup>237</sup> Idem

<sup>238</sup> Estêvão Saíde, entrevista citada

<sup>239</sup> Alberto Chawumwe, Paulo Manuel, Estêvão Saíde, entrevistas citadas

<sup>240</sup> Cardoso; 1993: 317

<sup>241</sup> O'Laughlin; 1996: 21

<sup>242</sup> Verniz Denja, entrevista citada

<sup>243</sup> Francisco Chapingua, entrevista citada

<sup>244</sup> Mosca; 1986: 124

<sup>245</sup> César, António, 21/10/82, p. 8; Companhia do Buzi, SARL; 1990: 2

<sup>246</sup> 'Companhia do Buzi contribui...', p. 4

local de trabalho. Este objectivo não foi plenamente alcançado, na medida em houve casos de indisciplina, expressos em intrigas e boatos<sup>247</sup>.

#### 4. 2. Organização dos trabalhadores e relações de trabalho

Depois da entrada em funções do Governo de Transição houve várias transformações na organização da força de trabalho da Companhia do Buzi. Tal como em muitas fábricas e empresas<sup>248</sup>, foram criados Grupos Dinamizadores na Companhia, cuja missão era resolver problemas laborais, promover aulas de alfabetização e informar aos trabalhadores em geral os objectivos da política da FRELIMO<sup>249</sup>.

Depois da intervenção, todos os trabalhadores passaram a ser membros da *Assembleia Geral*, órgão que se reunia anualmente para discutir os problemas dos trabalhadores, fazer o balanço das actividades realizadas durante o ano e traçar planos para o futuro<sup>250</sup> e, a partir de 1983, passaram a estar filiados na Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM), organismo sindical que velava pelo pagamento dos salários fixados pelo Governo e negociava a melhoria das condições de trabalho<sup>251</sup>.

A introdução de Grupos Dinamizadores e de outros órgãos do Partido FRELIMO e a possibilidade dos trabalhadores falarem do quotidiano da empresa, abriu uma nova página no relacionamento entre aqueles. Em 1976, por exemplo, os trabalhadores denunciaram, durante um encontro com o governador da província de Sofala, de visita à

---

<sup>247</sup> Estêvão Saide, entrevista citada

<sup>248</sup> Egero; 1992: 155

<sup>249</sup> Manuel Muchanga, entrevistado a 24 de Abril de 2003, Bura; 'Trabalho político na indústria açucareira'. In: *Notícias*, 30/01/76, p. 3. As aulas eram ministradas à tarde, depois do trabalho e a sua assistência era obrigatória

<sup>250</sup> 'Emulação socialista na Companhia do Buzi'. In: *Diário de Moçambique*, 13/12/83, p. 2. Vide também 'Açucareira do Buzi intervencionada...', pp. 1, 6

<sup>251</sup> João Moiane, entrevistado a 9 de Julho de 2003, escritórios da OTM-Central Sindical, cidade de Maputo; 'Serão satisfeitas exigências dos trabalhadores'. In: *Diário de Moçambique*, 30/03/90, p. 5

Companhia, as 'manobras' dos membros do Grupo Dinamizador, que pretendiam, sob a capa do Partido, conseguir regalias em proveito próprio, e as suas frequentes faltas ao trabalho, por alegadas tarefas a desempenhar no Partido<sup>252</sup>.

#### 4. 3. Alojamento e alimentação

Os trabalhadores recrutados fora do Buzi continuaram a ser alojados nos acampamentos<sup>253</sup>. Os acampamentos não tinham conhecido melhorias substanciais. Em 1975, por exemplo, os trabalhadores alojados no acampamento de Medundos-Centro 'queixaram-se', durante um encontro com o governador da província de Sofala, da *má situação* em que se encontravam<sup>254</sup>, que não era, contudo, igual à dos trabalhadores dum complexo agro-industrial sito na província de Tete, que, por falta de quartos, chegaram a ser alojados na guarita e numa velha pocilga<sup>255</sup>.

Nos finais de 1977, a Companhia iniciou a construção de três novos acampamentos, nomeadamente, um com capacidade para albergar 250 trabalhadores, um outro, o Bairro Fídel Castro, composto por 60 moradias para trabalhadores casados e um outro ainda, o Bairro Azul, conjunto de 12 moradias para trabalhadores solteiros, cujas obras só terminaram em 1983, devido à escassez de material de construção<sup>256</sup>.

Já não era proibida a coabitação com mulheres. Mesmo nos acampamentos destinados para trabalhadores solteiros. Verniz Denja, admitido em 1977 e alojado no acampamento de Medundos-Centro (destinado a trabalhadores solteiros), contou, a propósito, que *'depois da independência não era proibido viver com mulher no*

---

<sup>252</sup> 'Trabalho político...', p. 3

<sup>253</sup> Américo Brundel Alberto, entrevista citada

<sup>254</sup> 'Governador da Beira esteve no Buzi'. In: *Notícias*, 21/07/75, p. 5

<sup>255</sup> O'Laughlin; 1996: 21

*acampamento... só cada indivíduo sentia [...] para não introduzir a sua mulher num quarto com outros homens...*<sup>257</sup>.

Os trabalhadores alojados nos acampamentos beneficiaram, até 1977, de alimentos (farinha de milho, peixe seco e feijão) fornecidos gratuitamente pela Companhia<sup>258</sup> e preparados sem a observância das normas de higiene<sup>259</sup>.

Com o fim do fornecimento gratuito de alimento, os trabalhadores alojados passaram a comprá-los em lojas da Companhia<sup>260</sup> ou a produzi-los, e a responsabilizar-se pela sua preparação<sup>261</sup>.

Os acampamentos não se destinavam somente a alojar os trabalhadores de fora do Buzi. Alberto Chawumwe, ex-trabalhador do Departamento de Culturas Diversas contou, a propósito, que *'eu vivia em casa própria, [...] em Bândua [margem direita do rio Buzi]... quando fosse trabalhar no pomar de Guara-Guara [margem esquerda], alojava-me no acampamento de Chicumba...*<sup>262</sup>, verificando-se o mesmo em relação aos trabalhadores do palmar de Nova Sofala envolvidos nas 'jornadas de trabalho voluntário' na fábrica ou nos arrozais, nos canaviais e nos algodoais<sup>263</sup>.

O uso dos acampamentos conheceu, assim, uma mudança profunda, na medida em que estes passaram a assumir funções de residências.

---

<sup>256</sup> Mandava & Muzimpua; 1987: 9; 'Melhores condições de vida para operários da Açucareira do Buzi'. In: *Notícias*, 18/07/77, p. 3; 'Açucareira do Buzi diversifica produção'. In: *Tempo*, n.º 384. 12/02/78, p. 10

<sup>257</sup> Verniz Denja, entrevista citada

<sup>258</sup> Estêvão Saíde, entrevista citada

<sup>259</sup> 'Governador da Beira...', p. 5

<sup>260</sup> Paulo Manuel, Daniel Kunengwa, Francisco Chapingua, Vasco Mureresse, Manuel Agravante, entrevistas citadas; 'Colheita de mandioca...', p. 2; 'Companhia do Buzi contribui...', p. 4. A maioria das lojas estava localizada nos ou perto dos acampamentos

<sup>261</sup> Paulo Manuel, Vasco Mureresse, Manuel Agravante, entrevistas citadas; Castanheira, Narciso. 'Buzi: a força do Homem transforma a Natureza'. In: *Diário de Moçambique*, 15/06/82, p. 9. Alguns trabalhadores criavam animais de pequena espécie e/ou plantavam árvores de fruta nos acampamentos

<sup>262</sup> Alberto Chawumwe, entrevista citada

<sup>263</sup> João Manjoge, entrevistado a 23 de Abril de 2003 em Manica; Manuel Paiva José, entrevistado a 24 de Abril de 2003 em Bura



#### 4. 4. Remunerações

Nos meses que se seguiram ao golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 que depôs o regime fascista de Marcelo Caetano em Portugal, assistiu-se, em Moçambique, a um surto grevista que afectou quase todos os ramos de actividade<sup>264</sup> que, associado à política salarial colonial, provocou uma anarquia nos salários, dadas as diferentes respostas que entidades patronais deram às exigências dos trabalhadores<sup>265</sup>.

A Companhia não foi abalada pelo surto<sup>266</sup>, mas fez uma revisão salarial parcial, que foi denunciada durante o supracitado encontro mantido em 1975 entre os trabalhadores da empresa e o governador da província de Sofala<sup>267</sup>.

A anarquia nos salários terminou em 1980, quando o Governo chamou a si a prerrogativa de tabelá-los<sup>268</sup> e fixou, através do decreto n.º 4/80 de 10 de Setembro, as quantias de 62,50 Mt/dia e 13,00Mt/hora como salários mínimos nacionais a ser pagos aos trabalhadores agro-pecuários e aos 'não agro-pecuários'<sup>269</sup>, respectivamente.

No cumprimento do decreto, a Companhia passou a pagar 2 100, 00 Mt de salário mensal aos trabalhadores da sacha manual e do corte de cana, contra os 1800 que pagava até então<sup>270</sup>, e 2 704 aos da rega e do quartel<sup>271</sup>.

Estes salários mantiveram-se até 1987, ano em que o Governo fixou em 4 500, 00Mt o salário mínimo a ser pago aos trabalhadores 'agro-pecuários'<sup>272</sup>.

<sup>264</sup> Rita-Ferreira; 1986: 132

<sup>265</sup> Egero; 1992: 161

<sup>266</sup> Américo Brundel Alberto, entrevista citada

<sup>267</sup> Governador da Beira...,p. 5

<sup>268</sup> Egero; 1992: 161; João Moiane, entrevista citada. Os salários dos trabalhadores e os preços dos produtos eram fixados pela Comissão Nacional de Preços e Salários, subordinada ao Ministério do Trabalho

<sup>269</sup> BR, n.º 36, 1ª Série, 1980. Decreto n.º 4/80 de 10 de Setembro

<sup>270</sup> Alberto Chawumwe, Verniz Denja, entrevistas citadas

<sup>271</sup> Idem

<sup>272</sup> João Moiane, entrevista citada

Entre 1988 e 1990 o salário mínimo nacional foi revisto por cinco vezes<sup>273</sup> e passou de 9 000 para 24 300,00Mt para os trabalhadores agro-pecuários e de 12 000,00Mt para 32 175,00Mt para os trabalhadores industriais<sup>274</sup>. Na Companhia do Buzi, os salários dos trabalhadores de campo acompanharam os mínimos nacionais<sup>275</sup>.

Estes salários eram baixos<sup>276</sup>, pois, conforme indicámos (número 1 do presente capítulo), não permitiam aos trabalhadores libertar-se da produção alimentar, e passaram, a partir de 1987, a ser apenas nominais, dadas as dificuldades financeiras que a Companhia atravessava<sup>277</sup>.

Para além do salário em dinheiro, a Companhia do Buzi costumava, tal como muitas empresas estatais<sup>278</sup>, premiar os trabalhadores mais disciplinados e mais dedicados ao trabalho, dando-lhes a 'emulação socialista'. Em Dezembro de 1983, por exemplo, mais de 180 trabalhadores de diversos sectores foram emulados por terem participado activamente nos cursos de alfabetização e educação de adultos ou cumprido as suas metas de produção diária. Os prémios consistiam em bicicletas, aparelhos de rádio 'Xirico', fogueiros, candeeiros, diplomas de honra, arroz e açúcar<sup>279</sup>.

## 5. O encerramento da Companhia do Buzi e o seu impacto social

As respostas da Companhia à escalada do conflito armado não surtiam os efeitos desejados. A empresa continuava a debater-se com carências de mão de obra, a ver os seus equipamentos danificados e a não poder explorar a totalidade dos seus terrenos.

---

<sup>273</sup> Idem. As revisões aconteceram a 9 de Março e 12 de Outubro de 1988, 19 de Abril de 1989, 10 de Janeiro e 28 de Dezembro de 1990

<sup>274</sup> João Moiane, entrevista citada

<sup>275</sup> Vasco Mureresse, entrevista citada. Os eventuais passaram a receber 35 000,00Mt em 1990

<sup>276</sup> Alberto Chawumwe, entrevista citada; Florêncio; 1994: 164

<sup>277</sup> Voltaremos a este assunto no número 5

<sup>278</sup> Egero; 1992: 162

A impossibilidade de explorar a totalidade dos terrenos, associada à baixa produtividade agrícola, comprometia seriamente todo o sistema de produção da Companhia, pois, as fábricas (de açúcar, de álcool e de descaroçamento de algodão) dependiam de matéria-prima produzida no campo. Para ilustrar o grau de dificuldades por que a Companhia passava, basta observar que a partir de 1983 a fábrica de açúcar,, sua principal fonte de receita, começou a produzir uma média anual de 3 496 toneladas de açúcar, cifra insignificante, quando comparada às 40 000 de capacidade instalada<sup>280</sup>.

Para além das dificuldades supracitadas, relativas ao processo produtivo, a Companhia debatia-se com a falta de lucros, causada pela já citada fixação administrativa dos preços dos produtos, que tinha por objectivo beneficiar os consumidores<sup>281</sup>. De 1980 a 1987 o custo de produção de um quilo de açúcar, principal produção comercial da Companhia, subiu de 11 para 25, 00 Mt, enquanto o preço não passava dos 10, 00Mt<sup>282</sup>.

A falta de lucros, agravada pelo facto de a Companhia e as restantes empresas do ramo açucareiro terem deixado de exportar açúcar em 1983<sup>283</sup>, originou uma crise financeira que começou a manifestar-se com alguma gravidade a partir de 1987, ano a partir do qual a empresa começou a ter dificuldades em pagar salários<sup>284</sup> e em produzir culturas alimentares<sup>285</sup>. Reagindo aos atrasos salariais e à queda da produção de

---

<sup>279</sup> Emulação socialista...', p. 2

<sup>280</sup> INA, [2002?b]; Artur, Santos. 'Deficitária, mas procurando saída'. In: Diário de Moçambique, 11/09/90, p. 8

<sup>281</sup> INA; 2000:2. Recorde-se que os preços eram marcados pela Comissão Nacional de Preços e Salários

<sup>282</sup> INA; 1989: 33

<sup>283</sup> INA; 1989: 28

<sup>284</sup> Verniz Denja, entrevista citada. Fernando Manuel, entrevistado a 23 de Abri de 2003 em Barada; Artur, Santos. 11/09/90, p. 8. As dificuldades financeiras eram tais que a empresa chegava a ficar nove meses sem pagar aos trabalhadores ou a converter o trabalho extra em folgas

<sup>285</sup> 'Saber enfrentar...', p. 16.



alimentos da Companhia, os trabalhadores paralisaram várias vezes as actividades<sup>286</sup> e passaram a faltar constantemente ao trabalho para se ocuparem das suas próprias machambas<sup>287</sup>, como faziam os da Açucareira de Xinavane<sup>288</sup>.

Num esforço visando fazer novos investimentos e relançar a produção, a Companhia recorreu, tal como as demais indústrias do ramo açucareiro, ao crédito bancário. Em 1989 a empresa devia quatro biliões de Meticais à banca<sup>289</sup>, mas por causa da contínua pressão da guerra e da falta de lucros, que impossibilitavam o retorno dos créditos, o Estado decidiu-se pelo encerramento da fábrica de açúcar no fim da campanha 1990/1991<sup>290</sup>.

Entretanto, a Companhia tinha, em parceria com uma empresa sul-africana, constituído a Agri-Buzi, consórcio vocacionado para o cultivo de algodão, nos princípios de 1990<sup>291</sup>, e traçado um plano de distribuição dos seus terrenos para pequenos e médios agricultores interessados no cultivo de cana, cujas farmas variariam entre 200 e 300 ha<sup>292</sup>. Este plano vinha 'legitimar' uma situação que se verificava desde 1988, ano em que agricultores privados recomeçaram a operar nas terras abandonadas pela empresa<sup>293</sup>.

---

<sup>286</sup> Verniz Denja, Fernando Manuel, entrevistas citadas. Vide também 'Trabalhadores do campo paralisam açucareira'. In: Diário de Moçambique, 27/08/90, p. 5, 'Alcançado acordo, greve terminará'. In: Diário de Moçambique, 30/08/90, p. 1; 'Sazonais em greve'. In: Diário de Moçambique, 17/01/91, p. 5

<sup>287</sup> Verniz Denja, entrevista citada; Cruz, Arsénio, 6/01/86, p. 8; 'Saber enfrentar...', 2; p. 16. Nos princípios de 1988, a taxa de absentismo nos canaviais, nos arrozais e nos algodoais foi estimada em 50%

<sup>288</sup> António; 2000: 53

<sup>289</sup> INA; 1989: 34

<sup>290</sup> INA; 2000: 8. A cana que devia ser laborada na campanha seguinte foi vendida na cidade da Beira

<sup>291</sup> 'Empresa mista...', p. 5. A Agri-Buzi sobreviveria ao encerramento da fábrica de açúcar, continuando até meados da década de 1990

<sup>292</sup> Muianga, Francisco. 'Projecto de reabilitação garantirá emprego aos 4 300 trabalhadores'. In: Diário de Moçambique, 1/05/90, p. 9; 'Buzi: disputa de terra'. In: Diário de Moçambique, 16/02/89, p. 16. Um desses agricultores foi Otto Schiniering, que em 1989 produziu cerca de 400 toneladas de cana sacarina

<sup>293</sup> 'Buzi: disputa...' p. 16

Quando a fábrica de açúcar foi encerrada, a Companhia empregava cerca de 4000 trabalhadores<sup>294</sup>, que receberam instruções para esperarem por uma 'nova ordem', que só chegou em 1994, com o início do pagamento de indenizações<sup>295</sup>. O processo de pagamento e o valor das indenizações têm provocado trocas de acusações entre os trabalhadores despedidos e a Comissão de Manutenção da Companhia<sup>296</sup>.

O encerramento da fábrica, que não foi seguido por nenhum programa de inserção social dos ex-trabalhadores, lançou grande parte deles ao desemprego e abriu caminho para a degradação das suas condições de vida, dadas as dificuldades que têm encontrado para arranjar novos empregos<sup>297</sup>.

Para além de lançar milhares de trabalhadores no desemprego, o encerramento da fábrica de açúcar da Companhia provocou a emigração de muitos ex-trabalhadores e de potenciais trabalhadores para outras partes do país.

---

<sup>294</sup> Companhia do Buzi, SARL, 2003a, [s.p.]

<sup>295</sup> Verniz Denja, entrevista citada

<sup>296</sup> Um dos elementos da Comissão de Manutenção prontificou-se a fornecer-me um guia que me ajudaria a identificar as pessoas a entrevistar para não *ouvir as mentiras dos antigos trabalhadores*, enquanto a maioria dos ex-trabalhadores entrevistados acusou os membros da Comissão de *aldrabões*

<sup>297</sup> ACNUR/PNUD; 1997: 7; Domingos Mandambu e Verniz Denja 'queixaram-se' da pobreza que os têm afligido e da impossibilidade de arranjam novo emprego no Buzi ou mesmo fora, por causa da idade

## Conclusão

A queda do Estado Colonial criou um quadro de mudança na continuidade, principalmente nos processos de angariação e enquadramento de mão de obra agrícola da Companhia do Buzi. Explicando-nos, enquanto se punha fim ao emprego de trabalhadores de Nampula e de Tete, de menores e aos contratos periódicos (que não acabou, contudo, com o trabalho periódico) e se iniciava o emprego de mulheres, assistiu-se à continuação da mobilização política da força de trabalho, prática que atingiria o extremo com a 'Operação-Produção', nome usado pelo novo regime para designar o trabalho forçado.

A estrutura de produção agrícola da Companhia experimentou uma viagem circular. Dito de outro modo, depois do desaparecimento, durante os primeiros sete anos de independência de Moçambique, dos produtores independentes de matérias-primas, cujos terrenos e actividades foram assumidos pela Companhia, assistiu-se, durante os últimos cinco anos de existência da empresa, a uma tentativa de regresso à estrutura de produção colonial.

A queda da produção agrícola da Companhia foi causada pela actuação conjunta de vários factores, nomeadamente as baixas qualificações dos trabalhadores agrícolas, a mudança de estrutura de produção agrícola e, a partir dos anos 80, o conflito armado.

## **FONTES**

### **1. Obras não publicadas**

#### **Entrevistas**

**Afonso Sibabiri**, trabalhador da Direcção de Recursos Humanos, 4 de Abril de 2003, escritórios da Companhia do Buzi

**Alberto Chawumwe**, ex-trabalhador do Departamento de Culturas Diversas, 20 de Março de 2003, Bândua

**Américo Brundel Alberto**, ex-apontador (actualmente Director Executivo), 17 de Março de 2003, escritórios da Companhia do Buzi

**António Chicuacho**, ex-miliciano, 24 de Abril de 2003, Manica

**António Madjuda**, ex-contabilista de mercados de algodão e ex-operador de moto-bombas de irrigação, 20 de Março de 2003, Bândua

**Daniel Kunengwa**, ex-trabalhador do sector do corte de lenha de Estaquinha, 23 de Abril de 2003, Barada

**Domingos Mandambu**, ex-apontador, 10 de Abril de 2003, Bândua

**Estêvão Saíde**, ex-capataz agrícola, 20 de Março de 2003, Bândua

**Fernando Manuel**, ex-trabalhador do campo, 23 de Abril de 2003, Barada

**Francisco Chapingua**, ex-capataz da Serração de Estaquinha e ex-capataz agrícola, 3 de Abril de 2003, Estaquinha

**Jaime da Conceição**, ex-trabalhador do palmar de Nova Sofala, 24 de Abril de 2003, Bura

**João Manjoge**, ex-trabalhador do palmar de Nova Sofala e ex-miliciano, 3 de Abril de 2003, Manica

**João Moiane**, sindicalista, 9 de Julho de 2003, Cidade de Maputo

**Machicana Gandire**, ex-tractorista, 20 de Março de 2003, Bândua

**Manja António**, ex-trabalhador do campo, 14 de Abril de 2003, Vila do Buzi

**Manuel Agravante**, ex-trabalhador do palmar de Nova Sofala, 24 de Abril de 2003, Bura

**Manuel Albino**, ex-operador de máquinas agrícolas, 23 de Abril de 2003, Barada

**Manuel Muchanga**, ex-alfabetizador, 24 de Abril de 2003, Bura

**Manuel Paiva José**, 24 de Abril de 2003, Bura

**Paulo Manuel**, ex-trabalhador do campo e da Direcção dos Recursos Humanos, 11 de Abril de 2003, Vila do Buzi

**Rita Mucolecua**, ex-trabalhadora do campo, 14 de Abril de 2003, Vila do Buzi

**Tomás Naene**, ex-faxineiro do acampamento de Medundos-Centro, 20 de Março de 2003, Bândua

**Vasco Muresse**, ex-trabalhador do palmar de Sofala, 24 de Abril de 2003, Bura

**Verniz Denja**, ex-trabalhador do campo e ex-comissário político do batalhão da Companhia, 20 de Março de 2003, Bândua

## Documentos primários existentes em acervos de instituições e empresas

### a) Arquivo Histórico de Moçambique

AHM-FACB. Cx. 114. Processo B/2/9, 1969-1974. Requerimentos da Companhia do Buzi ao Governador-Geral do Estado de Moçambique pedindo a renovação de licenças de recrutamento de mão de obra no Distrito de Moçambique, 1973-1974

AHM-FACB. Cx 122. Processo B/9, 1947. 'Relação nominal de serviçais da Companhia Colonial do Buzi contratados na circunscrição de Sena, evadidos durante o ano de 1943', 21/01/46

AHM-FACB: Cx 154, Processo B/15/2, 1955 (I): Designação dos acampamentos da Companhia Colonial do Buzi e sua relação, 26/01/55

AHM-FACB. Cx.162. Processo B/11/3, 1963. Companhia do Buzi: comunicações de admissão de trabalhadores eventuais', 1963

AHM-FACB. Cx 163. Processo B/11/3, 1963-1964.'Comunicação da admissão de trabalhadores eventuais', 1963

AHM. FGDB. Cx 164. Processo B/11/3, 1967. 'Ofício da Companhia do Buzi ao Subdelegado do Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social: Pagamento de salários, 7/09/67'

AHM-FACB. Cx. 164. Processo B/11/3, 1968. Títulos individuais de contrato de trabalho celebrados entre a Companhia do Buzi e trabalhadores do Distrito de Moçambique, 1968

AHM-FGDB. Cx. 225. Processo A/30, 1961-1964. Cópia do Diário de serviço da Administração da Circunscrição do Buzi referente ao mês de Junho de 1964

AHM-FGDB. Cx. 631. Processo B/11, 1961-1962. 'Relações dos contratos de trabalhadores indígenas feitos no Distrito de Moçambique prestando serviço na circunscrição do Buzi', 1961

AHM-FGDB. Cx. 657. Processo B/10/3, 1960-1963. Requerimentos da Companhia do Buzi ao Governo do Distrito de Manica e Sofala para a renovação de licenças de recrutamento, 1962

AHM-FGDB. Cx 658. Processo B/15, 1943-1952. 'Direcção da Administração Civil de Manica e Sofala na Beira, 18/09/52: alimentação dos trabalhadores indígenas'.

AHM-FGDB. Cx 661. Processo B/15, 1951-1961. 'Curadoria dos Indígenas do Buzi: Relatório da inspecção às empresas que empregaram mão de obra indígena nesta Circunscrição', 1953

AHM-FGDB. Cx 664. Processo B/11, 1957-1962. 'Relatório da Agência da Curadoria dos Indígenas da Circunscrição do Buzi respeitante às condições que as entidades patronais da Circunscrição proporcionaram ao pessoal trabalhador durante o ano de 1961', 2/03/62.

AHM. FGDB- Anexo. Cx 26. Ofício da Administração da Circunscrição do Buzi ao Secretário do Distrito de Manica e Sofala, 26/01/62

AHM-FSCI: Cx 508. Processo 'Contratos entre os canavieiros e a Companhia do Buzi, 1969/1970': 'Exposição dos canavieiros à Companhia do Buzi', 23/08/69

b) Companhia do Buzi

Companhia do Buzi, SARL. Direcção do Campo. 'Estado actual da exploração das áreas da empresa e sua distribuição por culturas', 17/12/86

Companhia do Buzi, SARL. Direcção do Campo. 'Preparativos para o arranque da campanha açucareira 1990'. Buzi, 1990

Companhia do Buzi, SARL. Direcção dos Recursos Humanos. Evolução da força de trabalho, 1979-2003, 2003a

Companhia do Buzi, SARL. Direcção dos Recursos Humanos. Informação mensal da força de trabalho, 2003b

Mandava, Jossefa, Vita Muzimpua. 'Companhia do Buzi: complexo agro-industrial: análise da situação da empresa. Buzi, 1987

c) Instituto Nacional do Açúcar (INA)

A produção açucareira em Moçambique. Maputo: INA, 1989

O sector do açúcar em Moçambique: situação actual e perspectivas futuras. Maputo: INA, Maio de 2000

Dados agrícolas, 1970-1999. Maputo: INA, [2002?a]

Produção por empresa: cana, açúcar, melão. Maputo: INA, [2002?b]

d) Instituto do Algodão de Moçambique

Relatório do subsector do algodão. Maputo, Outubro de 2001

#### **Brochuras e artigos.**

HEAD, Judith. *O desenvolvimento de uma força de trabalho nas plantações da Zambézia*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Centro de Estudos Africanos, 1981 [Mimeo]

HEDGES, David. *'A modernização da cultura do algodão na agricultura moçambicana, 1945-1974'*. Maputo, 2003. [mimeo]

SCHAEDEL, Martin. 'Eingeborenen-arbeit. Formen der ausbeutung unter der portugiesischen kolonialherrschaft in Mosambik'. Köln: Rohl.Rugenstein Verlag, 1984. [Mimeo. Tradução do Capítulo II para o Inglês por Gottfried Wellner, com o título 'The growth and consolidation of a mozambican proletariat in the last phase of colonial rule']

SOARES, Paulo. 'Inquéritos sobre a revisão dos salários'. Maputo, 1984. [Mimeo. Gentilmente cedido pelo Professor Doutor David Hedges]

'Transition and reform, 1957-1966/7: contradictory perspectives for colonial defence and development'. [s.l.], [s.d.] [Na posse do Professor Doutor David Hedges]

UEM/CEA. 'Cotton production in Mozambique: a survey, 1926-1980. Maputo, 1981

#### **Teses e Dissertações**

ANTÓNIO, David. *A produção de açúcar no Vale do Incomáti, c. 1950-1980*. Maputo, 2000. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane para a obtenção do grau de Licenciatura em História, 2000

FLORÊNCIO, Fernando. *Processos de transformação social no universo rural moçambicano pós-colonial: o caso do distrito do Buzi*. 1994. Dissertação, Mestrado, Instituto Superior das Ciências de Trabalho e da Empresa, Lisboa, 1994

JOSÉ, Paulo Lopes. *O recrutamento de mão de obra e a construção da Barragem de Cahora Bassa, 1969-1975*. Maputo, 2001. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane para a obtenção do grau de Licenciatura em História, 2001

NEVES, Joel das. *Economy, society and labour migration in central Mozambique, 1930-c. 1965: a case study of Manica province*. London, 1998. Ph. D. Thesis, University of London, 1998

ZONJO, Johane. *Acesso, posse e conflitos de terra: o caso do Distrito do Buzi, de 1975 à actualidade*. Maputo, 1999. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane para a obtenção do grau de Licenciatura em História, 1999

## **Relatórios**

ACNUR/PNUD. Perfil de desenvolvimento distrital: distrito do Buzi, província de Sofala. Maputo, 1997

AHM-SE. Companhia Colonial do Buzi. Relatório e contas da gerência de 1936. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1937

AHM-SE. Companhia do Buzi, SARL. Gerência de 1964. Lisboa: Empresa Tipográfica Casa Portuguesa, 1965

AHM-SE. Companhia do Buzi, SARL. Gerência de 1966. Lisboa: Empresa Tipográfica Casa Portuguesa, 1967

AHM-SE. Companhia do Buzi, SARL. Gerência de 1970. Lisboa: Empresa Tipográfica Casa Portuguesa, 1971

AHM-SE. Instituto do Algodão de Moçambique. Relatório de actividades de 1970. Loureço Marques, 1970

## **2. Obras publicadas**

### **Documentos oficiais**

*Boletim Oficial*, n.º 21, 1ª Série, 1961. Decretos 43 637 e 43 639 de 2 de Maio

*Boletim Oficial*, n.º 36, 1ª Série, 1961. Decreto n.º 43 893 de 6 de Setembro

*Boletim Oficial*, n.º 33, 1ª Série, 1963. Decreto n.º 45 179 de 5 de Agosto

*Boletim da República*, n.º 36, 1ª Série, 1980. Decreto n.º 4/80 de 10 de Setembro

*Código do Trabalho Rural*. 3ed Loureço Marques: Imprensa Nacional, 1966



*Constituição da República Popular de Moçambique*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1975

MOÇAMBIQUE. *Principal legislação promulgada pelo Governo de Transição de 1 de Abril a 21 de Junho de 1975*. Vol. II. Loureço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1975

PARTIDO FRELIMO. *Directivas Económicas e Sociais*. Maputo: [s.n.], 1983

### **Jornais**

Notícias: 8/05/75; 21/07/75; 30/07/76; 20/08/76; 18/07/77; 3/02/78; 25/11/78; 25/01/83; 9/02/83; 2/06/83

Notícias da Beira: 26/03/71; 8/10/73

Diário de Moçambique: 30/11/60; 4/12/60; 17/12/60; 22/03/61; 13/05/61; 17/12/61; 14/06/62; 19/06/62; 3/07/63; 1/06/65; 3/10/66; 13/10/66; 14/10/66; 10/07/68; 15/06/82; 6/07/82; 11/10/82; 21/10/82; 26/10/82; 17/02/83; 2/04/83; 25/06/83; 6/07/83; 9/07/83; 11/07/83; 18/07/83; 1/07/83; 1/08/83; 20/08/83; 13/12/83; 27/07/84; 31/07/84; 15/08/84; 8/09/84; 29/01/85; 6/01/86; 27/02/88; 21/01/89; 4/02/89; 16/02/89; 8/09/89; 14/12/89; 30/03/90; 25/04/90; 1/05/90; 30/05/90; 27/08/90; 30/08/90; 11/09/90; 17/01/91

### **Monografias**

BAPTISTA, João. do Amparo. *Moçambique: província portuguesa de ontem e de hoje*. Vila Nova de Famalicão: Centro Gráfico, 1962

CANN, John *Contra-insurreição em África, 1961-1974: o modo português de fazer a guerra*. [s. l.]: Atena, 1997

CARDOSO, Fernando Jorge. *Gestão e desenvolvimento rural: Moçambique no contexto da África subsahariana*. Lisboa: Fim de Século, 1993

COVANE, Luís. *O trabalho migratório e a agricultura no Sul do Save, (1920-1992)*. Maputo: PROMÉDIA, 2001

CHILUNDO Arlindo *et al. História de Moçambique: Moçambique no apogeu do colonialismo, 1945-1961*. 2ed. Maputo: Livraria Universitária, 1999, Vol. II

EGERO, Bertili. *Moçambique: os primeiros dez anos de construção da democracia*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1992

GRAÇA, Fernando. *A Companhia Colonial do Buzi*. Loureço Marques: Imprensa Nacional, 1942

HALL, Margareth. Tom Young. *Confronting Leviathan: Mozambique since independence*. London: Hurst, 1997

HANLON, Joseph. *Mozambique: the revolution under fire*. London: Zed Books, 1984

HANLON, Joseph. *Mozambique: who calls the shots?* London: James Currey, 1991

ISAACMAN, Allen., Barbara Isaacman. *Mozambique: from colonialism to revolution, 1900-1982*. Colorado. Westview Press, 1983

MOSCA, João. *A experiência 'socialista' em Moçambique (1975-1986)*. Lisboa: Instituto Jean Piaget [1989?]

PEVENNE, Jeanne. *Trabalhadores de Loureço Marques, 1870-1974*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1993

PITCHER, Anne Marie. *Politics in the Portuguese Empire: the State, industry and cotton, 1926-1974*. Oxford: Clarendon Press, 1993

RITA-FERREIRA, António. *Evolução da mão de obra e das remunerações no sector privado em Moçambique, desde 1950 a 1970*. Loureço Marques, 1971

#### Artigos de colecções, revistas e fascículos de publicação periódica

'Açucareira do Buzi diversifica produção'. In: *Tempo*, (n.º 384), 12 Fev. 1978, p. 10

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. 'Problemas estruturais do desenvolvimento agrário'. In: Castel-Branco, Carlos Nuno [org]. *Moçambique: perspectivas económicas*. Maputo: Imprensa Universitária, 1994, pp. 31-86

CLARENCE-SMITH, William G. 'O proteccionismo e a produção de açúcar na África Central e Equatorial (Angola, Moçambique, Zaire e Zimbábue), 1910-1945'. In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 4-5, (1986), pp. 159-189

DAVID, Luís. 'Açúcar: liberalizar, sim! Mas como?'. In: *Tempo*, 21, Jul. 1974, p. 48

DOLNY, Helena. 'The challenge of agriculture'. In: Saul, John. [ed], *A difficult road: the transition to socialism in Mozambique*. New York: Monthly Review Press, 1985, pp. 211-252

HEAD, Judith. 'A Sena Sugar Estates e o trabalho migratório'. In: *Estudos Moçambicanos*, mº 1, (Jun.) 1980, pp. 53-72

## ANEXOS

### Anexo I: Cronologia

**1898**

1/04. Fundação da Companhia do Buzi (originalmente Companhia Colonial do Buzi), por contrato entre a Companhia de Moçambique e a firma Arriaga e Cia  
A Companhia do Buzi começa a produzir çana sacarina

**1908**

A Companhia começa a produzir açúcar numa fábrica sita na margem esquerda do rio Buzi, próximo da vila do mesmo nome

**1920**

A Companhia do Buzi compra as plantações de cana e a fábrica de açúcar da Illovo Sugar Estates, sitas na margem direita do rio Buzi

**1927**

Início do sistema canavieiro

**1940**

27/11. Um despacho do Governador do Território da Companhia de Moçambique concede à Companhia do Buzi uma licença para construir uma fábrica de descaroçamento e prensagem de algodão e classifica o distrito do Buzi como 'concessão algodoeira'

**1941**

A Companhia do Buzi inicia a exploração da sua 'concessão', comprando algodão a 2 964 camponeses

**1961**

4/02. Início da luta armada de libertação em Angola

2/05. O decreto nº 43 637 proíbe o recrutamento forçado de africanos para trabalho público ou privado

2/05. O decreto-lei nº 43 639 bane o cultivo forçado de algodão e proíbe as autoridades administrativas de se envolverem na sua produção ou comercialização

No seu relatório anual, a Companhia anuncia que a taxa de absentismo no campo e nas fábricas situou-se nos 30 por cento

**1962**

27/04. O Código do Trabalho Rural proíbe a contratação de menores de 14 anos por períodos iguais ou superiores a seis meses

30/10. A Companhia do Buzi desiste do seu estatuto de concessionária algodoeira

No seu relatório anual, a Companhia anuncia que 1 150 trabalhadores, de um total de 4 864, abandonaram os empregos

**1963**

5/08. O decreto nº 45 179 abole as concessões algodoeiras

**1964**

25/09. A FRELIMO dá início à luta armada de libertação de Moçambique

Novembro. Milhares de trabalhadores eventuais do Buzi abandonam os empregos na Companhia

A Companhia do Buzi encerra momentaneamente as suas estações de recrutamento de Tete e Nampula

**1966**

A Companhia do Buzi instala 22 novos canavieiros passando o total para 32

**1968**

A Companhia do Buzi compra cerca de 20 000 toneladas de cana à Açucareira de Moçambique

**1969**

Agosto. Numa carta, os canavieiros pedem a revisão do desconto de 45 por cento que a Companhia fazia nas produções de cana por eles

**1972**

Canavieiros começam a diversificar as suas actividades, iniciando a produção de algodão, arroz e de oleaginosas, e a criação de gado

**1974**

25/04. Um golpe de Estado militar em Portugal derruba o regime fascista de Marcello Caetano

7/09. A FRELIMO e o novo governo português assinam o Acordo de Lusaka, que prevê a independência de Moçambique

A Companhia do Buzi encerra as suas operações de recrutamento de trabalhadores de Tete e de Nampula

**1975**

7/06. A portaria nº 318/75 cria 'regiões algodoeiras': os distritos do Buzi e de Chibabava são classificados como 19ª região

25/06. Independência de Moçambique

Início do êxodo dos canavieiros

A Companhia do Buzi desiste da cultura de algodão na antiga 'zona algodoeira' e passa a produzi-lo em plantações próprias, juntamente com girassol e gergelim

Início do emprego de mulheres no campo e banimento do emprego de menores de idade

**1977**

A Companhia do Buzi inicia a construção do Bairro Azul e do bairro Fidel Castro, o segundo destinado a trabalhadores casados

**1978**

20/11. A Companhia do Buzi é intervencionada pelo Estado  
A Companhia inicia a produção de hortofrutícolas diversas

**1979**

Realiza-se a primeira 'jornada de trabalho voluntário' na Companhia  
Motim dos trabalhadores de campo, em protesto contra o trabalho excessivo

**1980**

Restam 15 canavieiros ao serviço da Companhia do Buzi  
Ataque da RENAMO ao acampamento de Mangwena

**1981**

Novembro. A RENAMO sabota a linha de transporte de energia que abastecia as fábricas da Companhia do Buzi

**1982**

Abril. Ataque da RENAMO às Serrações de Estaquinha: os seus trabalhadores são redistribuídos pelos vários sectores de actividade da Companhia  
Junho. A Companhia do Buzi começa a ressentir-se de graves carências de mão de obra  
Motim dos trabalhadores do campo, em protesto contra as duras condições de trabalho  
Os últimos canavieiros abandonam as suas propriedades  
Outubro. Milicianos da Companhia destroem bases da RENAMO em Bupira e Mussicaro

**1983**

Fim das obras de construção dos acampamentos Bairro Azul e Fidel Castro  
Julho-Setembro. 'Operação-Produção': a Companhia admite trabalhadores de Sena, Nampula, Sul do Save e Beira

**1986**

Realizam-se as últimas jornadas de trabalho voluntário nas plantações da Companhia

**1987**

Surto grevista na Companhia, em protesto contra os constantes atrasos de salários

**1988**

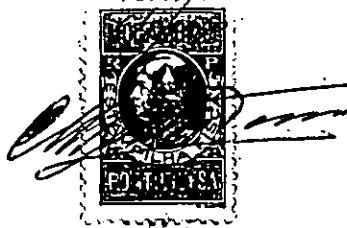
O absentismo nos arrozais, nos algodoais e nos canaviais atinge os 50 por cento

**1990**

A Companhia traça um projecto de instalação de canavieiros moçambicanos  
Março. A Companhia do Buzi e uma firma sul-africana constituem a Agri-Buzi, consórcio vocacionado no cultivo de algodão  
24/08-1/09. Greve dos trabalhadores eventuais, exigindo a elevação dos ordenados

1991

15/01. Greve dos trabalhadores eventuais, exigindo o pagamento simultâneo dos ordenados de Dezembro e do 13º vencimento  
Encerramento da Companhia



Excelentissimo Senhor Governador de

Manica e Sofala

Beira

É de deferir

15/10/1960

O Secretário do Distrito.

DEFERIDO

15/10/1960

O Governador do Distrito.

*[Handwritten signature]*

*[Large handwritten signature]*

---A COMPANHIA DO BÚZI, Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada, com Séde em Lisboa e Direcção em

*Trofocua* Africa, em Vila Guilherme de Arriaga, Circunscricao do *Jalga acis* Búzi, concessionária da licença de Recrutamento Para *haver in* Serviço Próprio Nº. 40/59, passada pelo Governo de Manica e Sofala.

*na renovação* -Vem, mui respeitosamente, requerer a V. Excia., que

*de licença* digne conceder-lhe a renovação da mesma, pelo período

*Nº 40/59* de UM ANO, com validade para recrutar indigenas em to-

*para recrutar* das as Circunscricoes de Manica e Sofala, com excepção

*com mandos* dos Concelhos da Beira e Manica, e das Circunscricoes

*Circunscricoes* de Cheringoma, Chimola e Marromeu, destinados ás suas

*15/10/60* actividades agricolas e industriais, devendo subsistir

*conheço a assinatura* o depósito de Esc.500\$00, feito inicialmente.

ESPERA DEFERIMENTO.-

*15/10/60* Vila Guilherme de Arriaga, 6 de Agosto de 1960.

P. P. COMPANHIA DO BÚZI, S. A. R. L.

*[Handwritten signature]*



Secretaria Distrital de Adm. Civil

Entrada n.º

Processo

Em 15 de

*4.6.87*  
*13.1.1.3*  
*15*

ANEXO III

Mod. I do C. T. R.

VISTO,

27 / 8 / 1968

Registado sob o n.º 301 / 1968

## Contrato de Trabalho

A COMPANHIA DO BUZI, S. A. R. L. : Avelino Comua de 19 anos de idade solteiro  
filho de Comua e de Tequia, natural de Mahia, posto de Nacarã  
do Erati, concordam na celebração do seguinte contrato :

I — O segundo outorgante prestará o seu trabalho nas plantações de cana de açúcar, sítas na Circunscrição do Buzi, pertencentes ao primeiro, consistindo esse trabalho no seguinte: **Agricultura.**

II — O contrato terá a duração de DOZE meses, e início de execução nesta data.

III — O primeiro outorgante pagará ao segundo o salário mensal de Esc. 370\$00, constituído por : Dinheiro 155\$00; Alimentação 165\$00; Alojamento 30\$00; Vestuário 20\$00. A parte em dinheiro a pagar no local do trabalho será de Esc. 55\$00 (Cinquenta e cinco escudos), e receberá no local de origem a restante importância de Esc. 100\$00 (Cem escudos).

IV — O transporte para o local do trabalho e o repatriamento do segundo outorgante correrá por conta do primeiro e será feito em transportes colectivos rodoviários e ferroviários ou marítimos das companhias de navegação autorizadas.

V — Alimentação, vestuário e alojamento serão constituídos de conformidade com os respectivos regulamentos oficiais.

VI — O primeiro e segundo outorgantes declaram aceitar de livre vontade e com plena consciência o presente contrato em todas as suas cláusulas, o qual se regula, nos casos omissos, pelas disposições contidas no Código do Trabalho Rural, aprovado pelo Decreto n.º 44.309, de 27 de Abril de 1962.

Namapa, 27 de Agosto de 1968.

Pelo 1.º Outorgante,

A rogo do 2.º Outorgante,

Testemunhas:

M. Helena  
B. J. J. da

e. A. J. J. J. J. J.



**Anexo IV: Relação dos acampamentos da Companhia do Buzi em 1955**

<b>Acampamento</b>	<b>Nº de inquilinos</b>	<b>Material de construção</b>
Vila	700	*
Meconda	400	*
Mandire	210	Alvenaria
Inhaconda-Curral	310	*
Tova	600	Lusalite
Medundo-de-Baixo	350	*
Mangueiras	300	*
Medundo-Bombas	200	*
Medundo-Loja	300	*
Inhamita	300	Alvenaria
Mangwena	200	*
Chicumba	350	*
Cabo Aéreo	350	*
Zingoda	60	*
Guara-Guara	350	*
Guara-Guara Estrada	170	*
Medundo (Caminho de Ferro)	70	*

[Fonte: AHM-FACB. Cx 154, Processo B/15/2, 1955 (I): Designação dos acampamentos da Companhia Colonial do Buzi e sua relação, 26/01/55]

**LEGENDA**

(\*): material de construção não indicado na fonte

NOTA. Esta lista inclui acampamentos para os trabalhadores da pecuária

**Anexo V: Produção anual de cana sacarina da Companhia do Buzi, 1961-1974**

<b>Ano</b>	<b>Total (em toneladas)</b>	<b>Plantações próprias (toneladas)</b>	<b>Canavieiros (em toneladas)</b>	<b>% da produção canavieira</b>
1961	292 006	197 320	94 686	32.4
1962	270 806	173 891	96 915	35.8
1963	280 628	190 845	89 783	31.9
1964	208 912	120 939	87 973	42.1
1965	225 727	125 219	100 508	44.5
1966	325 497	101 218	224 279	68.9
1967	370 898	120 226	250 672	67.5
1968	255 576	75 957	179 619	62.7
1969	302 035	95 105	205 930	68.7
1970	299 573	90 905	208 668	69.7
1971	305 569	93 466	212 103	69.4
1972	356 570	*	*	*
1973	181 701	*	*	*
1974	318 163	*	*	*

[Fontes: Jornal 'Diário de Moçambique', 19/06&2, 3/07/63, 2/07/64, relatórios das gerências de 1964, 1966 e 1970; INA (2001?); Mandava e Muzimpuã (1987); Florêncio (1994)]

**LEGENDA**

(\*): Dados desconhecidos

**Anexo VI: Relação dos canaveiros da Companhia do Buzi**

Sociedade Agrícola do Inhanguvo  
Sociedade Agrícola do Zindoga  
Sociedade Agrícola do Buzi  
Sociedade Agrícola Brandão Soares, Lda  
Sociedade Agrícola do Matire  
Miguel Pereira Coutinho  
Manuel G. Almeida  
Mário A. Portero  
José M. B. de Ramos  
Mário Rodrigues  
José Graça Marim  
António Candeias  
Manuel Cerejo Carvalho  
Filipe Rosão  
Clemente Sobreiro Arnaut  
Manuel dos Santos  
António J. M. Sequeira  
António Ribeiro  
António da Silva Gonçalves  
António A. Leite  
José dos Santos Vera  
Orlando C. Silva  
Jaime Q. S. Quintas  
José M. da Conceição  
António A. Prino  
Rui M. R. Monteiro  
José S. Quintas  
José D. B. Forte  
Missão de São José de Estaquinha  
Manuel F. de Braumberg

[Fonte: AHM-FSsCI, Cx 508: Processo 'Contratos entre os canaveiros e a Companhia do Buzi, 1969/70']

Anexo VII: **Produção de algodão na concessão/zona algodoeira, 1961-1974(em toneladas)**

Ano	Concessão/Zona algodoeira
1961	2 761
1962	1 169
1963	888
1984	1 901
1965	1 690
1966	2 524
1967	1 396
1968	835.22
1969	1 621.5
1970	*
1971	897.8
1972	1 848
1973	*
1974	*

[Fontes: Relatórios das gerências de 1964, 1966, 1970; Florêncio (1994); Jornal 'Diário de Moçambique', 19/06/62; 3/07/63; 2/07/64 Mandava e Muzimpua (1967)]

**LEGENDA**

(\*): Produção desconhecida

Anexo VIII: Produção anual de algodão, 1975-1991  
(em toneladas)

Ano	Total
1975	-
1976	-
1977	360
1978	310
1979	724
1980	1 611
1981	1 152
1982	300
1983	532
1984	*
1985	*
1986	23
1987	-
1988	-
1989	-
1990	-
1991	-

[Fonte: Mandava & Muzimpua, Anexo CB-7]

**Legenda**

(\*): Não se produziu algodão

(-): Produção desconhecida

Anexo IX: Área cortada (em ha) e produção de cana sacarina (em toneladas), 1975-1991

Ano	Área cortada	Plantações próprias	Canavieiros	Total
1975	5 675.8	*	*	234 414
1976	6 038.2	*	*	241 095
1977	5 034.5	*	*	191 311
1978	5.920.5	*	*	250 439
1979	3 964.6	*	*	191 890
1980	3 169.1	*	*	151 170
1981	3 655.5	*	*	157 554
1982	3 440.0	*	*	110 080
1983	2 155.6	45 699	0	45 699
1984	1 292.4	62 037	0	62 037
1985	1 412.7	62 037	0	63 537
1986	567.6	24 977	0	24 977
1987	1 319.9	40 207	0	40 207
1988	893.9	30 394	0	30 394
1989	837.5	36 013	0	36 013
1990	1 777			69 305
1991	1 458.5			29 171

[Fonte: INA (2002?b); UNA (2002?a)]

**LEGENDA**

(\*): Dados desconhecidos

**Anexo X: Produção de hortofrutícolas (em toneladas)**

Cultura	Ano								
	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Batata-reno	83	200*	-	-	-	-	200*	200*	200*
Tomate	41	-	45*	-	-	-	-	-	-
Feijão	31	25*	-	-	-	-	48*	48*	48*
Toranja	13	-	-	-	-	-	-	-	-
Tangerina	12	-	-	-	-	-	-	-	-
Batata-doce	-	-	6	-	-	-	-	-	-
Mandioca	-	-	9	-	-	-	-	-	-

[Fontes: Mandava & Muzimpua (1987), Anexo CB-13; Jornal 'Diário de Moçambique', 26/10/82]

NOTA: Para além destas culturas, a Companhia produzia bananas (em 1983 foram plantados 2 milhões de pés de bananeiras), cocos (em 1983 a empresa plantou 5 mil coqueiros), alface, pimenta, repolho e cebola

[Fontes: Jornal 'Diário de Moçambique', 6/07/82; 17/02/83; 2/04/83]

**LEGENDA**

(\*): produção esperada/planificada

(-): Dados ignorados

**Anexo XI: Maquinaria agrícola da Companhia do Buzi, 1982-1986**

Máquina	1982			1983			1984			1986		
	Tot	Act	Int	Tot	Act	Int	Tot	Act	Int	Tot	Act	Int
Charrua	26	2	24	26	6	20	26	4	22	26	2	24
Semeadores de algodão	8	5	3	8	5	3	8	5	3	5	3	2
Semeadores de milho	2	2	-	2	2	-	2	2	-	2	2	-
Semeadores de arroz	2	1	1	2	1	1	2	1	1	1	-	1
Capinadeiras	2	1	1	2	1	1	2	1	1	2	-	2
Sachadores de disco	12	6	6	12	5	7	12	6	6	12	3	9
Sachadores de bico	16	8	8	16	6	10	16	10	6	16	2	14
Tractores Estei	10	6	4	10	3	7	10	4	6	11	2	9
Tractores de roda	87	50	37	87	35	52	87	31	56	108	42	66

[Fonte: Mandava & Muzimpua, Anexo CB-8]

**LEGENDA**

**Tot:** Total

**Act:** Activas (o mesmo que em funcionamento)

**Int:** Inactivas (o mesmo que paralisadas ou destruídas)



## Anexo XII: Mão de obra não agrícola e agrícola qualificada da Companhia do Buzia<sup>1</sup>

A Companhia do Buzi era uma empresa que desenvolvia diversas actividades de interesse socioeconómico, as mais importantes das quais eram a agro-indústria do açúcar e do algodão, a pecuária, o transporte marítimo e fluvial, a construção naval e a produção de cal.

A empresa desenvolvia também algumas actividades subsidiárias à actividade industrial, como oficinas, e tinha dois hospitais, sendo um para atender as necessidades dos trabalhadores africanos 'indígenas' e da população do Buzi em geral e outro, para os trabalhadores europeus e africanos 'assimilados'.

A exploração de todas essas áreas, movimentava cerca de um milhar de trabalhadores qualificados e não qualificados, dentre engenheiros, agrimenores, químicos, *comercialistas*, médicos, enfermeiros, capatazes, operários das fábricas, cozedores e carregadores de açúcar, tractoristas, maquinistas e outros, com salários mais elevados que os trabalhadores agrícolas não qualificados.

Estes trabalhadores, à excepção dos cozedores e carregadores de açúcar e dos operários da fábrica de descaroçamento de algodão, eram estáveis.

No período colonial, os trabalhadores qualificados, nomeadamente os de origem europeia, tinham direito a férias periódicas na Europa (Portugal), com 50% do salário, e beneficiavam de habitação (distribuída de acordo com o seu estado civil) com água e luz, de lenha, de açúcar e de assistência médica e medicamentosa oferecidos pela empresa.

Depois da proclamação da independência e, principalmente, depois da intervenção da empresa, o grosso destes direitos desapareceu, permanecendo o direito à habitação. O primeiro direito a desaparecer foi o da assistência médica, quando o Estado nacionalizou os hospitais da Companhia e, aliás, de todas as empresas açucareiras, e integrou-os no Serviço Nacional de Saúde, em 1976.

---

<sup>1</sup> Adatado de Graça; 1942: 134; INA; 1989: 24; Jornal 'Notícias', 20/08/76